

ISSN 0103-5622

Número Especial
Comemorativo

Revista Jurídica

Volume 22

Número 2

2006

PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

Revista Jurídica

Periódico Jurídico Semestral da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Editor: Prof^ª Dra. Angélica Luciá Carlini
(PUC-Campinas)

Editor-Adjunto: Prof. Ms. Samuel Mendonça
(PUC-Campinas)

Comissão Editorial: Prof. Dr. Luis Fernando Lobão Moraes (PUC-Campinas), Prof. Dr. Paulo Roberto de Sousa (PUC-Campinas), Prof^ª Dr^ª Vera Roza Cury (PUC-Campinas)

Conselho Editorial: Prof. Dr. Alberto Amaral Júnior (USP), Prof. Dr. Alejandro Castello (Uruguai), Prof. Dr. André Ramos Tavares (PUC-SP), Prof. Dr. Dimitri Dimoulis (PUC-SP), Prof. Dr. Eduardo C. Bianca Bittar (USP), Prof. Dr. Gilberto Bercovici (USP), Prof^ª Dr^ª Giselda Hironaka (USP), Prof. Dr. Guilherme Cavalheiro Dias Filho (UFRN), Prof. Dr. João Maurício Adeodato (UFPE), Prof. Dr. José Afonso da Silva (USP), Prof. Dr. José Carlos de Magalhães (USP), Prof. Dr. Luiz Virgílio Afonso da Silva (USP), Prof. Dr. Marco Aurélio S. M. R. Sampaio (USP), Prof. Dr. Marco Vanzulli (Itália), Prof. Dr. Walter Claudius Rothenburg (ITE).

Comissão Executiva: Marcos Braga Júnior (USP): revisão do idioma inglês; Samuel Mendonça (PUC-Campinas): normalização e revisão.

Descrição: Esta revista publica artigos científicos e resenhas sobre matérias jurídicas. Os textos trazem aspectos críticos sobre Direito e áreas afins do conhecimento. A periodicidade é semestral e a tiragem é de 1.500 exemplares.

Repercussões - A Revista Jurídica está classificada como Qualis A Local. Seus conselheiros e pareceristas *ad hoc* são membros de importantes instituições de ensino do país, assim como de associações científicas e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq.

Instruções aos autores - A Revista Jurídica é um periódico especializado que publica artigos que contribuem para o estudo do Direito em suas diversas áreas e interfaces; está aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, com periodicidade semestral.

A Revista Jurídica publica trabalhos inéditos na categoria original e resenhas.

Procedimentos editoriais

1) Avaliação dos manuscritos - Os manuscritos submetidos à Revista, que atenderem à política editorial e às "instruções aos autores", serão encaminhados ao Conselho Editorial, que considerará o mérito científico da contribuição. Aprovados, nesta fase, os manuscritos serão encaminhados aos pareceristas *ad hoc* previamente selecionados pelo Conselho. Cada manuscrito será enviado para dois pareceristas de reconhecida competência na temática abordada. O processo de avaliação por partes é o sistema de *blind review*, em procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos pareceristas. Por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do original encaminhado. No caso de identificação de conflito de interesse da parte dos pareceristas, o Conselho Editorial encaminhará o original para outro parecerista *ad hoc*. Os pareceres comportam três possibilidades: a) aceitação integral; b) aceitação com reformulações; c) recusa integral. Em qualquer desses casos, o autor será comunicado. A decisão final sobre a publicação ou não do original é sempre dos editores, aos quais é reservado o direito de efetuar os ajustes que julgarem necessários. Na detecção de problemas de redação, o original será devolvido aos autores para as alterações devidas; o trabalho reformulado deve retornar no prazo máximo determinado.

2) Submissão de Trabalhos Serão aceitos apenas trabalhos acompanhados de carta assinada por todos os autores, com descrição do tipo de trabalho, declaração de que o trabalho está sendo apresentado apenas à Revista Jurídica e de concordância de cessão de direitos autorais. Caso haja utilização de figuras ou tabelas publicadas em outras fontes, deverá ser anexado documento que ateste a permissão para seu uso. A carta deve indicar o nome, endereço, números de telefone e fax do autor para o qual a correspondência deve ser enviada. Autoria o número de autores deve ser coerente com as dimensões do trabalho apresentado. Não se justifica a inclusão de nomes de autores cuja contribuição não se enquadre nos critérios acima, podendo, neste caso, figurar nos agradecimentos.

3) Encaminhamento dos trabalhos - Os trabalhos devem ser enviados, preferencialmente, por meio eletrônico, para o endereço fadi@puc-campinas.edu.br, ou ainda por via postal, em arquivos gravados em disquete ou em cd-rom, em processador de texto Microsoft Word 97, acompanhados de uma via impressa, para a REVISTA JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO DA PUC-CAMPINAS, a/c Editor, Rua Marechal Deodoro, 1099 Centro - Campinas, CEP 13010-920.

4) Composição dos trabalhos - Não há número de laudas predeterminado para os textos. Esse número deve ser adequado ao assunto tratado. Os parágrafos deverão ser alinhados à esquerda. Não devem ser usados recuos, deslocamentos, nem espaçamentos antes ou depois. Não se deve utilizar o tabulador <TAB> para determinar os parágrafos: o próprio <ENTER> já determina, automaticamente, a sua abertura. Como fonte, usar o TIMES NEW ROMAN, corpo 12. Os parágrafos devem ter entrelinha 1,5; as margens superior e inferior 2,0 e as laterais 3,0cm. O tamanho do papel deve ser A4.

Os trabalhos deverão ser precedidos por uma folha na qual se fará constar: o título do trabalho, o nome do autor (ou autores), qualificação (situação acadêmica, títulos, instituições às quais pertença e a principal atividade exercida), endereço completo para correspondência, telefone, fax, e-mail, relação da produção intelectual anterior, declaração de ineditismo e autorização de publicação com cessão de todos os direitos autorais.

As referências bibliográficas deverão ser feitas de acordo com a NBR 6023/2000 (Norma Brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT). Uma referência bibliográfica básica deve conter: sobrenome do autor em letras maiúsculas; vírgula; nome do autor em letras minúsculas; ponto; título da obra em itálico; ponto; número da edição (a partir da Segunda); ponto; local; dois pontos; editora (não usar a palavra editora); vírgula; ano da publicação; ponto.

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que já tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor.

Exemplo: MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. 4. ed. São Paulo: Martins, 1972, v. 2.

Os trabalhos deverão ser precedidos por um breve *Resumo* (dez linhas no máximo) em português e em outra língua estrangeira (inglês, francês, alemão, italiano ou espanhol), e de um *Sumário*, do qual deverão constar os itens com até 3 dígitos.

Deverão ser destacadas as palavras-chave (em português e em outra língua estrangeira). Serão consideradas palavras-chave aquelas que expressão idéias centrais do texto, as quais possam facilitar posterior pesquisa ao trabalho.

Todo destaque que se pretenda dar ao texto deve ser feito em *itálico*. Não deve ser utilizado negrito ou sublinhado. Citação de texto de outros autores deverão ser feitas entre aspas, sem uso de itálico.

Não será prestada nenhuma remuneração autoral pela licença de publicação dos trabalhos na REVISTA JURÍDICA DA PUC-CAMPINAS, mas o autor terá direito ao recebimento de um exemplar em cujo número seu trabalho tenha sido publicado.

Os trabalhos que não atenderem a estas normas serão devolvidos a seus autores, que poderão reenviá-los quando atendidas as recomendações destas orientações.

Os trabalhos recebidos e não publicados não serão devolvidos.

Correspondência:

Toda a correspondência deve ser enviada à Revista Jurídica - Faculdade de Direito
Endereço: R. Marechal Deodoro, nº 1099 - Centro - Campinas - SP - CEP 13020-904
Telefones (19) 3756-5830 / 5833 / 5875
Endereço Eletrônico: fadi@puc-campinas.edu.br

ISSN 0103-5622

Revista Jurídica

Sumário

Editorial	5
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	7
 ARTIGOS	
 Enquanto não me chamar saudade	
Prof. Heitor Regina	11
 Recordação Tridimensional	
Renan Severo Teixeira da Cunha	15
 Uma história de aluno, orador e professor	
Denis Paulo Ferraz da Rocha	19
 Transformação do aluno em professor	
José Antonio Minatel	21
 Faculdade de Direito da PUC-Campinas: 55 anos de amizades	
Wilson Levy	23
 O que a PUC de Campinas representou na minha vida	
I. Renato Buratto	27
 Ratione Tempore, coram sol	
Fernando Furlanetto Galuppo	29
 Ingresso no corpo docente da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas	
Lígia Cristina de Araújo Bisogni	33
 A PUC-Campinas é muito maior que eu...	
Angélica Lucía Carlini	35
 Três histórias	
Silvio Artur Dias da Silva	37

EDITORIAL

Este número da REVISTA JURÍDICA comemora os 55 anos de existência da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É, portanto, um número especial, comemorativo.

Por ser um número comemorativo o que se pretendeu foi priorizar a percepção histórica da instituição, reconstruindo sua trajetória e seus caminhos, dialogando com o passado para entender o presente e se preparar adequadamente para os desafios do futuro.

Mas este número teve também uma proposta de priorizar a emoção, o olhar atento e vibrante de muitos daqueles que passaram pela Faculdade de Direito da PUC –Campinas e ajudaram, como de fato ainda ajudam, a construir a sua história.

No centro da cidade de Campinas, a Faculdade de Direito irradia conhecimento, pesquisa e tradição. Mas seu pórtico protegido por dois solenes leões de onde advém a conhecida designação Pátio dos Leões, irradia justiça e idealismo.

Como uma forma de agradecimento a todos os professores, funcionários e alunos que passaram por esta casa, como uma forma de reverenciá-los e também como forma de saudar as futuras gerações, este número da REVISTA JURÍDICA não discute aspectos polêmicos e inovadores da ciência do direito. Ele trata da Faculdade de Direito, de sua história e suas memórias e com isso, pretende contribuir para que as gerações que virão jamais se esqueçam que por aqui tudo transpira história e memória, tudo inspira amor, saber e justiça.

A PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS.

A Sociedade Campineira de Educação e Instrução (SCEI), Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS) e do Hospital Universitário “Hospital e Maternidade Celso Pierro” (HMCP), reconhecida de utilidade pública municipal, estadual e federal e entidade filantrópica, foi criada em 20 de abril de 1941, por iniciativa do Bispo D. Francisco de Campos Barreto, para manter e administrar os estabelecimentos de ensino da diocese, entre os quais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Econômicas, as chamadas “ Faculdades Campineiras”.

As Faculdades foram instaladas na antiga residência urbana do Barão de Itapura, Joaquim José Polycarpo Aranha, que hoje se constitui no Campus Central da Universidade, oferecendo naquele momento um total de oito cursos: Ciências Políticas e Religiosas, Filosofia, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Matemática, História-Geografia e Pedagogia. Posteriormente, seis novos cursos surgiram ainda na década de 1940: Economia (1942), Biblioteconomia, Química (1945), Odontologia, Serviço Social e Escola de Enfermeiras (1949). No início da década seguinte, foi criado o curso de Direito (1951).

Em 15 de agosto de 1955, as Faculdades Campineiras tornam-se Universidade Católica de Campinas, com a aprovação do Conselho Federal de Ensino. Porém só em 1956, por decreto da Santa Sé, a instituição é erigida canonicamente à UCC, sendo instalada em 1958, quando o Monsenhor Emílio José Salim toma posse como primeiro reitor. Nesse momento, a UCC era constituída por 15 cursos.

Na década de 1960, além da criação do curso de Psicologia (1964), de Música e Ciências Administrativas (1966), foram criados os cursos de Biologia, Jornalismo, Relações Públicas, Educação Física, Publicidade e Propaganda e formação de professor de Desenho. Em 1969, inicia-se a organização de um conjunto de atividades relacionadas às bibliotecas, centros de estudo, museu e teatro, coincidindo com uma intensa vida cultural.

A partir da década de 1970, a Universidade experimenta um dos maiores crescimentos de sua história, que se inicia com a construção do Campus I em terras doadas pelo agrônomo Caio Pinto Guimarães, dono da Fazenda Santa Cândida, em Campinas.

Aos oito de setembro de 1972, a UCC obtém, do Papa Paulo VI, a insígnia da Pontifícia, passando a denominar-se Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS), vinculando-se às diretrizes, objetivos e legislação canônica da Igreja quanto ao ensino superior.

Em 1972, inicia-se a implantação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, com o curso de Psicologia Clínica e, posteriormente, com os mestrados em Linguística (1973), Filosofia (1976) e Biblioteconomia (1977).

Durante toda a década de 1970, foram criados 17 novos cursos de graduação, totalizando 29 cursos. No final da década foi inaugurado o Campus II, que passou a congregar grande parte dos cursos da área da biologia e da saúde, além do Hospital Universitário, o “Hospital e Maternidade Celso Pierro.”

Na década de 1980, inicia-se ainda o processo de elaboração dos Projetos Pedagógicos da Universidade e de seus Cursos de Graduação, numa conjuntura de crise econômica no país, inspirados na missão e nos propósitos da Igreja Católica para o ensino superior e nos desafios colocados, para esse setor, pela sociedade brasileira.

Esse movimento de reformulação do Projeto Pedagógico Institucional apontou para a necessidade em organizar-se a pesquisa, a extensão e a carreira docente como estratégias para qualificar a PUC-Campinas como Universidade e melhor cumprir seus propósitos e sua missão. Iniciava-se uma nova fase para a Instituição que já percebia a necessidade de integrar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em termos organizacionais, a partir do início da década de 1990, também foi implementada a cultura do planejamento estratégico institucional e a consequente

elaboração dos Planos de Gestão para os períodos de 1993-96, 1997-2001, 2002-2005 e 2006-2010, imprimindo novas dinâmicas na Universidade, especialmente a qualificação do seu quadro gerencial, ainda em curso.

Em 2005 foi aprovado o novo Plano de Carreira Docente, implementado em 2006, inaugurando uma nova fase das relações docentes com o ensino, a pesquisa e a extensão, tríade fundamental que sustenta a atividade universitária.

A Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, é uma instituição educacional, de natureza confessional católica, reconhecida pelo Governo Federal, nos termos dos Decretos nº 38.327, de 19 de dezembro de 1955, e n.º 48.689, de 04 de agosto de 1960, e mantida pela Sociedade Campineira de Educação e Instrução.

Sua missão possui inspiração cristã, guiando-se, ainda, pela reflexão constante sobre o conhecimento humano à luz da fé católica, ao qual procura dar sua contribuição mediante as próprias investigações.

“A PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, A PARTIR DE VALORES ÉTICO-CRISTÃOS E CONSIDERANDO AS CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DA REALIDADE TEM COMO MISSÃO PRODUZIR, SISTEMATIZAR E SOCIALIZAR O CONHECIMENTO, POR MEIO DE ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, VISANDO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE EXCELÊNCIA, À FORMAÇÃO INTEGRAL DA PESSOA HUMANA E À CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA.”

Para cumprir a sua missão institucional, a PUC-Campinas norteará a execução de suas atividades pelos valores da solidariedade, do respeito ao pluralismo e à diversidade, da responsabilidade com o meio-ambiente, do desenvolvimento com sustentabilidade econômico-financeira, da pró-atividade, da participação e coresponsabilidade, da excelência em todas as suas atividades e do compromisso social de colaborar com a transformação da sociedade em uma perspectiva justa e solidária, estimulando o desenvolvimento desse compromisso junto à comunidade universitária.

A FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

A Faculdade de Direito foi criada em 16 de abril de 1951, com funcionamento autorizado pelo Decreto n.º 30.282, de 18 de dezembro do mesmo ano.

O curso foi oficialmente reconhecido pelo Decreto n.º 31.844, de 29 de dezembro de 1954, funcionando com o curso de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, cuja primeira turma se formou em 1956.

Em agosto de 1955, foi criada a Universidade de Campinas e em 1972 passou a ser denominada Pontifícia Universidade Católica, da qual faz parte a Faculdade de Direito.

Ao longo de seus 50 anos, a Faculdade de Direito teve sete diretores: o Prof. Carlos Foot Guimarães, no período de 1951 a 1978; o Prof. Álvaro Cury, no período de 1978 a 1979; o Prof. Álvaro César Iglésias, no período de 1979 a 1994; o Prof. Francisco Vicente Rossi, no período de 1995 a 1998; o Prof. Luis Arlindo Feriani, no período de 1999 a 2001; o Prof. Jamil Miguel, no período de 2001 a 2006; e, atualmente, o Prof. Luis Arlindo Feriani, com gestão para o período de fevereiro de 2006 a fevereiro de 2010.

Em seus 55 anos de história, a Faculdade de Direito formou bacharéis que ocupam os mais diversos campos da vida profissional, como ministros de cortes federais, desembargadores, magistrados estaduais e federais, advogados, promotores de justiça, delegados de polícia, procuradores de estado, assessores jurídicos, entre outras tantas atividades profissionais da área de direito. Também formou bacharéis que ocuparam e ocupam importantes tarefas públicas como deputados federais e estaduais, vereadores e um governador do estado em São Paulo.

Em 23 de agosto de 1982 foi criada a Assistência Judiciária “Dr. Carlos Foot Guimarães” que compõe o núcleo de prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

A estrutura da Assistência Judiciária está dividida em quatro setores, cada um com um advogado orientador, sob a supervisão de um coordenador nomeado pelo Diretor da Faculdade de Direito. Em cada setor encontram-se quatro estagiários fixos, que cursam os dois últimos anos da Faculdade de Direito, totalizando 16 estagiários, selecionados dentre aqueles que obtiveram melhor média de notas durante o curso de direito, e por merecimento, após rigoroso processo de seleção.

A Assistência Judiciária conta com um setor composto por uma assistente social e uma estagiária da Faculdade de Serviço Social, com a incumbência de realizar a triagem das pessoas interessadas no atendimento jurídico gratuito. De acordo com as normas internas, os critérios adotados na triagem são os mesmos da Procuradoria Geral do Estado, e aceitos pela Ordem dos Advogados do Brasil,

de maneira a não caracterizar possível concorrência desleal ou até mesmo captação de clientela.

Em média, são atendidas 80 pessoas por mês e a Assistência Judiciária tem sob sua responsabilidade cerca de 500 ações judiciais.

Em dezembro de 2005 foi inaugurado o Juizado Especial Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, único juizado de faculdade de direito a funcionar nas dependências do Poder Judiciário em Campinas, exatamente no chamado Palácio da Justiça, na região central da cidade.

O Juizado Especial Civil conta com oito estagiários e atende em média entre 300 e 400 pessoas por mês, em grande parte casos de relações de consumo em todos os níveis.

A Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas tem, ainda, um setor de monitoria, instituído em 1979, com o objetivo de aprimorar a carreira universitária e, ao mesmo tempo, tornar mais dinâmica a atividade docente.

A função de monitor é privativa de estudantes regularmente matriculados, e tem por finalidade o exercício de atividades técnico-didáticas de aprendizado de uma determinada disciplina, orientados e avaliados pelo integrador acadêmico responsável pela área de monitoria e pelos professores envolvidos.

Atualmente são noventa monitores atuando nas áreas de introdução ao estudo do direito, sociologia, direito penal, direito civil, direito comercial, entre outras.

A Faculdade de Direito da PUC-Campinas tem também uma área de monografia e atividades complementares, organizada e administrada com o objetivo de desenvolver a pesquisa na área de monografia, um trabalho de conclusão de curso que deve ser apresentado pelo bacharel a uma banca composta por dois professores, sendo um deles o próprio professor orientador e o outro um professor do curso de direito, ou eventualmente, um convidado para essa finalidade, indicado pelo aluno e aprovado pelo integrador acadêmico responsável pela coordenação da área.

A partir de 2006 foram criadas linhas de pesquisa em várias áreas da ciência do direito, nas quais se inseriram os professores orientadores respeitadas suas próprias áreas de afinidade no ensino e na pesquisa. Cada uma das linhas de pesquisa formalizou ementa definindo seu objeto de investigação e adotou bibliografia própria, adequada para dar conta das pesquisas a serem realizadas pelos alunos de quinto ano.

A área é responsável, ainda, pelo desenvolvimento de atividades complementares que têm por objetivo propiciar ao aluno vivência em vários setores e atividades jurídicas, como cursos, seminários, conferências, congressos, palestras, entre outros. Essas atividades de escolha dos alunos, são monitoradas pelo setor de Monografia e Atividades Complementares, com o objetivo de orientar o aluno para as prioridades que ele deve observar.

A Faculdade de Direito possui um setor de estágio supervisionado, também com o intuito de aprimorar a formação do aluno. Nessa atividade que tem início no primeiro ano o aluno é motivado a desenvolver atividades práticas típicas das carreiras jurídicas, como a redação de peças processuais, documentos jurídicos, solução de problemas, estudo de casos, discussão de argumentos e exercício de retórica.

O setor de estágio supervisionado mantém um plantão de dúvidas realizado pelos professores de estágio, com atendimento individual dos alunos para discussão da elaboração e solução das atividades planejadas.

Na atualidade com a integração dos diversos setores, os alunos do estágio supervisionado utilizam casos concretos da assistência judiciária e do juizado especial em suas atividades cotidianas.

A Faculdade de Direito conta também com um programa de pós-graduação lato sensu, que tem contribuído para a especialização de bacharéis em direito, principalmente nas áreas de direito processual civil, direito do trabalho e direito tributário.

A Faculdade de Direito publica semestralmente a Revista Jurídica, que privilegia aspectos contemporâneos do direito para contribuir com a discussão e a reflexão sobre novas propostas de estudo dos fenômenos jurídico e sociais. Recentemente, a Revista Jurídica obteve conceito Qualis A Regional da CAPES, entidade de aperfeiçoamento do ensino superior vinculada ao Ministério da Educação e que tem a incumbência de classificar os periódicos editados no Brasil.

Na atualidade, a Faculdade de Direito inicia uma ampla discussão de seu projeto pedagógico, visando mantê-lo permanentemente atualizado como um documento vivo a nortear as ações de cada um dos setores da faculdade, tanto no ensino, na pesquisa como na extensão.

Essas três áreas funcionam formalmente integradas desde 2006 com a implantação do Núcleo de Prática Jurídica, por meio do qual os integradores acadêmicos realizam sistematicamente atividades de otimização de cada área, o que permite, por exemplo, que as atividades de estágio supervisionado versem sobre práticas do juizado ou da assistência, que problemas do juizado e da assistência sejam discutidos pelos monitores em suas áreas específicas,

permitindo aos alunos uma perspectiva mais ampla em sua formação profissional e pessoal.

Também é objetivo da atualização do projeto pedagógico rever as ementas e planos de curso de cada disciplina, bem como a bibliografia utilizada. Para isso, os professores de cada área estão trabalhando juntos e, o resultado do trabalho será discutido com uma comissão escolhida especialmente para esse fim, ou seja, analisar as propostas apresentadas e harmoniza-las com o projeto pedagógico, em especial com os princípios e valores da Faculdade de Direito e com a missão da universidade.

A reformulação e atualização do projeto pedagógico cumprem, ainda, o papel de formular metas a serem alcançadas no futuro próximo, principalmente, a estruturação de um programa de mestrado em direito aprovado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – CAPES.

Esse objetivo é na atualidade um dos mais importantes anseios de toda a comunidade que compõe a Faculdade de Direito da PUC-Campinas, inseridos nele não apenas seus alunos, professores e funcionários mas também seus ex-alunos, todos convictos que há maturidade científica

e histórica para que a Faculdade de Direito assuma integralmente seu papel de polo irradiador de pesquisa, construindo um programa de mestrado que mereça aprovação institucional e governamental.

Para viabilizar esses propósitos serão necessários os esforços de todos os que compõem a comunidade acadêmica, mas é certo que isso acontecerá em um clima marcado pela alegria e pela integração, porque é um desafio que a Faculdade de Direito da PUC-Campinas sabe que pode concretizar.

É por isso que se pode concluir afirmando que esses 55 anos de existência sinalizam que os próximos 55 anos serão de muito trabalho, de muita atividade de ensino, pesquisa e extensão, integrando cada vez mais a Faculdade de Direito com sua comunidade, com toda a comunidade da PUC-Campinas, com a cidade de Campinas e sua região metropolitana e com todo o país, atendendo sempre o objetivo maior de contribuir para realizarmos juntos a missão da nossa universidade: capacitação profissional de excelência, formação integral da pessoa humana e contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

ENQUANTO NÃO ME CHAMAR SAUDADE

Prof. Heitor REGINA*

Neste ano de 2006 a PUC de Campinas está comemorando os seus sessenta e cinco anos de profícua existência. Domingo de manhã, dia 22, participei da Caminhada dos 65 anos, na Lagoa do Taquaral.

A primeira turma da Faculdade de Direito, que integrei, período de 1952 a 1956, está comemorando o seu jubileu de ouro, ou seja, cinquenta anos de sua formatura.

Retornei à PUC no início do ano letivo de 1968, passando a integrar o corpo docente da FADI, até hoje, ininterruptamente, decorridos trinta e oito anos.

Nesse interregno, de início de junho de 1980 ao final de janeiro de 1985, exerci as nobres e elevadas funções de Reitor da Universidade, o terceiro da sua trajetória. Antecederam-me o Monsenhor Emílio José Salim, primeiro Magnífico Reitor e Fundador da Instituição e o Dr. Benedito José Barreto Fonseca.

O registro das minhas lembranças em relação à PUC Campinas, que entrelaça as nossas existências, pode desdobrar-se em três enfoques: o aluno, o professor e o Reitor.

O ALUNO

Integrando a primeira turma da FADI (1952 a 1956), foi ela a responsável por trazer para Campinas muitas novidades e por iniciar várias tradições, destacando-se a recepção aos novos alunos das turmas, a Semana Jurídica, com a presença de grandes nomes do mundo do direito convidados para proferir palestras aos alunos, ampliando-lhes os horizontes, a criação do Centro Acadêmico “XVI de Abril”, órgão representativo do Corpo Discente, cujo nome significou especial homenagem dos alunos ao fundador das Faculdades Campineiras e primeiro Reitor, Monsenhor Salim

(paraninfo da Turma), tratando-se do aniversário da sua ordenação sacerdotal. Também a famosa “pindura”, homenagem ao dia 11 de agosto comemorativo da instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil (São Paulo e Olinda, este depois transferido para Recife), que tanto espanto e escândalo causou na ocasião. Na sede do CA. há a galeria dos seus Presidentes, começando por José Antonio Trevisan. Fui 2º Tesoureiro da primeira diretoria.

Dirigiu a Faculdade, durante muitos anos o Eminentíssimo Advogado Dr. Carlos Foot Guimarães, que ministrava a disciplina Direito Civil (patrono da primeira turma), existindo no recinto da Direção a galeria dos Diretores.

A formatura ocorreu no dia 29 de abril de 1957, com missa em Ação de Graças na Catedral Metropolitana de Campinas, seguido de um banquete oficial e, à noite, sessão solene no Teatro Municipal de Campinas (depois, demolido).

Casei-me, na Igreja do Carmo, com Lygia Silvia de Seixas Queiroz, em 28 de junho de 1958, casamento esse que contou com o prestígio da participação dos sacerdotes que compunham a administração superior: celebrado por Monsenhor Salim e coadjuvado pelos padres Tomás Vaqueiro e Amauri Castanho (depois, Bispos de São João de Boa Vista e de Jundiá) que, juntamente com o Cônego Agnelo Rossi (depois Cardeal e trabalhando junto ao Vaticano), auxiliavam na administração da Instituição. Tivemos – e temos – sete filhos, um deles, José Eduardo Queiroz Regina, ex-aluno e também professor de Direito Tributário da FADI desde março de 1999 até final do primeiro semestre de 2006, quando da implantação da carreira docente e o seu desligamento.

Sempre sonhei com o estabelecimento de uma política inovadora, arrojada, permanente e crescente, a cargo da Instituição, ligada aos egressos, ex-alunos, que

* Professor de Direito Constitucional e Direito Tributário. Reitor da PUC –Campinas no período de 1980 a 1985. Mestre em Direito Tributário.

representam inestimável potencial, tendo até apresentado um projeto a respeito, infelizmente não transformado em realidade, inspirado na experiência das universidades norte-americanas.

O PROFESSOR

Pessoalmente convidado por Monsenhor Salim, comecei a ministrar aulas na FADI no início do ano letivo de 1968, primeiro como assistente na disciplina de Direito Comercial e, logo a partir do ano seguinte, assumindo a disciplina de Direito Financeiro e Tributário, da qual sou titular (matutino e noturno). Mais recentemente, por concurso, passei a ministrar também a disciplina de Direito Constitucional.

Interessante registrar que, no ano de 1967, eu havia decidido a fazer júri por sentir necessidade de desenvolver a minha potencialidade de comunicação, que a advocacia empresarial e tributária, que escolhera, não propiciava. Com o convite recebido e iniciando o magistério, desisti da idéia, desenvolvendo-me, com muita seriedade, nas salas de aula, onde me sinto muito feliz.

Tenho muito orgulho em exercer, com responsabilidade, as duas atividades, que reciprocamente se completam, a advocacia e o magistério, sentindo-me plenamente vocacionado para ambas. Como advogado, fui Conselheiro Estadual e Conselheiro Federal da OAB e participei de bancas examinadoras de Concursos à Magistratura e para Delegados de Polícia, e outros concursos, sempre representando a OAB. Como Professor universitário atingi o ápice da carreira, exercendo a Reitoria da Universidade.

Para minha satisfação, várias turmas de formandos escolheram-me ora para Paraninfo, ora para Patrono, ora para Nome de Turma, ora para Professor Homenageado.

Sempre fiz questão de destacar, por meio de uma aula-meditação especial, o Dia do Professor, que se comemora no dia 15 de outubro de cada ano, dando relevância às funções e responsabilidades dos mestres e às relações com os alunos e a sociedade.

É com muita alegria que registro estar ministrando aulas também na Universidade da Terceira Idade, da Faculdade do Serviço Social da PUC, no módulo *Cidadania e os Direitos do Idoso*, inclusive uma palestra-show, juntamente com Lygia, intitulada *Os Três Pilares da Felicidade*, com projeções, muita música, dança, etc.

A Faculdade de Direito é uma das principais e mais conceituadas e tradicionais faculdades do Brasil.

Com muita honra presidi a Comissão responsável pela festividade do Jubileu de Ouro da FADI, em 2001.

O REITOR

No ano de 1979 a PUC passou a sofrer uma forte crise, agravada no primeiro semestre de 1980. Sem dúvida, a maior, mais séria e profunda da sua história, verdadeiro caos de natureza político-administrativa-financeira, acadêmica e moral, que chegou a deixar a comunidade acadêmica, pelos seus três segmentos, professores, funcionários e alunos, com as suas atividades paralisadas e pressionando pela queda do então Reitor, que administrava a Universidade de forma centralizadora há doze anos. Eram muitas as dívidas decorrentes da construção do campus II (Área da Saúde, inclusive o Hospital), comprometendo a Instituição.

Situação mais agravada ainda quando o Conselho Universitário, reunido, elaborou lista sêxtupla a ser encaminhada ao Grão Chanceler, Dom Gilberto Pereira Lopes, para a escolha do novo Reitor. Embora não constasse o nome do Dr. Barreto, os constantes da lista foram considerados *barretistas* e, portanto, sem condições de assumirem a Reitoria, o que aumentou o mal-estar na Universidade.

Lembro-me de que à noite, durante o jantar e acompanhando o noticiário a respeito da gravidade da situação, comentei com Lygia: *não gostaria de estar na pele de D. Gilberto*. Ninguém sabia que rumo tomaria a PUC, caso conseguisse retomar as suas atividades. Cerca de 2:30h da manhã tocou o telefone em casa. Era o Padre Busch, em nome de D. Gilberto, convidando-me para comparecer incontinentemente à residência de D. Gilberto, onde o clero e a mantenedora estavam reunidos e para onde dirigi-me.

Recebi então o oficial e surpreendente convite para, à revelia da lista sêxtupla, ser o novo Reitor da PUC, por unânime escolha dos presentes. E, em meio àquela crise e sem jamais ter participado da administração da Universidade, cuja dimensão desconhecia, amanheci Reitor, nomeado *pro-tempore*.

Charge de um jornal, fazendo alusão à lista sêxtupla, mostrou seis pessoas sentadas, cada qual em sua cadeira, passando sobre suas cabeças um braço comprido com uma coroa à mão, depositada na sétima cabeça, alguém fora da lista, no caso, eu.

Era tal a crise que cheguei a anunciar, em entrevista coletiva à toda imprensa e em cartazes espalhados, que se

no primeiro dia do reinício das aulas (1º de agosto) não estivessem todos em seus respectivos lugares – professores, alunos e funcionários – eu assinaria documento já elaborado e em minha mesa, decretando o recesso da Universidade, ou seja o encerramento das atividades. Tendo sido alardeada tal decisão, lembro-me que a então Reitora da PUC São Paulo, Profª Nadir Kfouré, telefonou-me indagando se eu poderia praticar tal ato extremo ao que lhe respondi que não sabia mas praticá-lo-ia, dada a premente necessidade; o mérito seria examinado depois. Felizmente, na data aprazada, todos estavam em atividade e assim, juntos, recomeçamos a construir a nossa Universidade.

Nesta fase de transição foram Vice-Reitores: Administrativo, o Prof. Dr. Paulo de Tarso Barbosa Duarte, da FADI, (hoje, Pró-Reitor de Extensão) e Acadêmica, a Profª. Maria Rosa Marafon, da Faculdade de Educação.

Depois de sete meses *pro-tempore*, o Conselho Universitário elaborou nova lista sêxtupla e fui escolhido e nomeado para um mandato de quatro anos, que terminou no dia 31 de janeiro de 1985. Foram Vice-Reitores: Administrativo, o Prof. Dr. Antonio José de Pinho (da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU) e Acadêmico, o Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho (da Faculdade de Engenharia).

Foi muito difícil reiniciar as atividades da Universidade, cuja real situação ninguém conhecia, exigindo muito trabalho e dedicação.

Como diz a Profª Dra. Ana Maria Negrão em sua tese *Ensino do Direito: Reprodução ou Contextualização Sócio-Política?*, SP, 1997, página 76: *Em 1980, como reflexo da abertura política do país fase de transição do regime ditatorial militar para a democracia a PUCCamp contestou as atitudes autoritárias da Universidade, culminando com a queda do Reitor e nomeação do Professor Dr. Heitor Regina. Houve um progresso, com implantação de Departamentos, proposta de um Projeto Pedagógico Geral, onde se firmasse a identidade da Instituição, como uma oportunidade de repensar currículos, metodologia, formação dos docentes e discentes, infra-estrutura acadêmica, enfim, um salto qualitativo, à luz de Puebla. Algumas conquistas foram conseguidas, não em todos os cursos da PUCCamp, em face das seqüelas do autoritarismo vigente na gestão anterior.*

Em 2005 a então Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da PUCCamp, sob a responsabilidade da Profª. Dra. Carmen Cecília de Campos Lavras, publicou e divulgou um guia Informativo intitulado *O Professor e a Extensão Universitária na PUC-Campinas* no qual, após destacar que há mais de 20 anos, a Extensão passou a ser sistematicamente discutida na PUC-Campinas,

em título próprio *Anos 1980 – das primeiras discussões à institucionalização dos núcleos*, dispõe: *O início da década de 1980 ficou marcado por intenso processo de discussão em torno dos projetos pedagógicos nas várias unidades acadêmicas da PUC-Campinas. Naquela época, as atividades de extensão passaram a ser compreendidas como forma de expressar um compromisso mais efetivo da Universidade em relação à Sociedade Brasileira, fazendo referência a trabalho intitulado A Universidade e a construção de seu próprio projeto: a experiência da PUCAMP, Painel apresentado na II Conferência Brasileira de Educação, Campinas, 1982. Em 1983 foi criado o NIS – Núcleo de Integração de Serviços e em 1984 aconteceu o I Seminário sobre Extensão Universitária da PUC-Campinas.*

Ainda em 2005, a PUC publicou e divulgou outro trabalho, dentro do seu Programa de Avaliação Institucional, intitulado *Cadernos de Avaliação*, começando por destacar *Os Processos de Avaliação na Década de 1980*, 1. A Administração do período de 1981 a 1984, assim iniciando: “No início de 1980 houve um mandato *pro tempore* de apenas um (1) ano. Com o término do mandato *pro tempore* e a eleição da nova administração a partir de fevereiro de 1981, e no bojo do processo de discussão para encontrar resoluções para a crise, é elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário, em julho do mesmo ano, um conjunto de medidas que objetivava reduzir em 50% o importante déficit operacional da Universidade”, e passando a desfilir, resumidamente, as medidas tomadas (páginas 17 a 22). Estranho que o documento, histórico, não se preocupou em nomear os personagens...

Embora fosse originalmente uma Reitoria circunstancial ela foi desenvolvida com o maior empenho, muita dedicação e amor passando a ser considerada, surpreendentemente, marco histórico cheio de realizações, nas suas três áreas de atuação, ensino, pesquisa e extensão: Diagnóstico Acadêmico, Diagnóstico Administrativo, implantação do Orçamento-Programa com a co-responsabilidade de todas as Unidades (Cursos, Faculdades e Institutos, além da Administração), alteração estatutária para democratizar a Universidade com a presença, nos Colegiados, das representações estudantis e dos funcionários, a proibição de eleições sucessivas, além de uma, para os diversos colegiados, a criação dos Departamentos, etc.

Dois fatos ainda merecem registro: primeiro, a firme e preciosa orientação que recebemos, eu, pela Reitoria e o Prof. Darcy Paz de Pádua, pela Mantenedora, do então todo poderoso Ministro da Fazenda Delfim Neto, em especial audiência a nós concedida; segundo, um empréstimo feito pelo Vaticano à PUC, a longo prazo e em condições excepcionais, fatos que possibilitaram o início de sua recuperação.

Peço desculpas por registrar tudo isso dada a oportunidade e para que a comunidade acadêmica atual tome conhecimento de parte importante da história da Instituição e do que ela passou para chegar à sua atual pujança.

Louvo a Deus por estar ainda podendo colaborar com a PUCCampinas como Professor e rogo-Lhe que cubra de bênçãos a Dom Bruno Gamberini, Grão-Chanceler e ao Prof. Pe. Wilson Denadai, Magnífico Reitor, para que sejam iluminados na condução da nossa querida Universidade.

Monsenhor Salim sempre definia a palavra *saudade* como sendo *a presença triste dos ausentes*.

E eu estou ainda presente, o que me faz lembrar a canção intitulada “Quando eu me chamar saudade”, de Nelson do Cavaquinho, cantada por Nelson Gonçalves, realçando a importância, para o conforto e auto-estima das pessoas, de ser lembrada e reconhecida em vida, porque

“Quando eu me chamar saudade
Quero preces e nada mais”.

Campinas, 27 de outubro de 2006.

RECORDAÇÃO TRIDIMENSIONAL

Renan Severo Teixeira da CUNHA*

Um aluno bem humorado escreveu, para provocar-me, que em Introdução ao Estudo do Direito, Miguel Reale é Deus e Renan é seu profeta... Embora o fundamentalismo sugerido não tenha a menor procedência, a caricatura divertiu-me e em homenagem ao senso de humor do jovem, dou, às minhas lembranças destes vinte e sete anos de convivência na Faculdade de Direito da PUC-Campinas, a forma tridimensional... Falemos, pois, de fatos e de valores, sem esquecermos as normas.

DE FATOS

Somos convidados a lembrar fatos curiosos ou pitorescos de nossa vida acadêmica. Mas são tantos! Uns pitorescos mesmo, outros vizinhando a tragicomédia, outros... Bem, deixa estar.

Dentre os tragicômicos, não consigo esquecer-me de um.

Vivíamos os estertores da ditadura militar. O senador Teotônio Vilela, alquebrado pelo câncer, caminhando custosamente e apoiando-se em uma bengala, cabelos ralos pela quimioterapia, mas com uma energia de gigante em seu rosto quase infantil, ingressara no recinto: era o herói moribundo pregando o retorno da democracia quem chegava para palestra em nossa Faculdade, na Semana Jurídica, creio eu.

O ambiente era de profunda emoção; após o magnífico discurso do Senador, cantamos, de mãos dadas, o Hino Nacional. Então o Professor Álvaro César Iglesias que, na qualidade de Diretor da Faculdade, presidia a sessão, facultava a palavra a quem dela desejasse fazer uso ou formular perguntas. Um aluno levanta a mão – e eu, que bem o conhecia, gelei. Concedida a palavra, o moço não encontra fórmula mais inteligente para iniciar seu questionamento que esta pérola:

- Senador! Todo mundo por ai ta dizendo que o senhor ta morrendo, mas pelo visto até que o senhor não está tão ruim!

Não posso esquecer-me de duas coisas: de meu intenso desejo que o solo se abrisse para engolir-me, juntamente com a mesa diretora, e do doce e triste sorriso do senador...

Também nestes tempos de fim de ditadura ouvi uma das mais expressivas aulas sobre consignação em pagamento. Os alunos estavam pregando um boicote contra o aumento de mensalidades. No Pátio dos Leões um aluno de outra área, acho que Ciências Sociais, discursava no instante em que eu chegava para minha aula:

- Seguinte: a gente não paga as mensalidades! Mas não vai torrar a grana não! Vai botar não mão do juiz! Como é que chama o treco? Tem algum advogado ai?

Advogado seria um estudante de direito. Havia, mas ninguém se habilitou. Ato contínuo, a didática explicação do líder:

- Negócio é assim: o advogado da gente leva a grana – sem o aumento – pro juiz, que chama o Reitor e diz:

- Reitor: tu quer a grana ou tu não quer? Se o Reitor pegar a grana, ta tudo resolvido. Se não pegar, a gente discute!

Confesso que invejei a didática do moço, bom sujeito, segundo me contaram.

Outro: ao final da aula, um aluno acerca-se de minha mesa.

- Professor! Você sabe muito, né! Cê deve estudar pra cachorro!

Estas situações, que todos conhecemos, deixam a gente meio sem saber o que dizer. Mas, mesmo assim, respondi: estudo sim. E bastante!

Ele: posso fazer uma pergunta pessoal? Quantos anos você tem?

* Professor de IED

- Quarenta e cinco.

- Puxa vida, professor! Ser intelectual acaba com a pessoa, né?!

Anos depois, em um estacionamento da Rua da Glória, em São Paulo, um moço simpático, beirando os trinta anos, aproxima-se:

- Professor! Mas que alegria! O senhor se lembra de mim?

- Claro que sim! Você é inesquecível...

- Ai que vergonha, professor. Eu estava torcendo para que o senhor esquecesse meu fora...

Já advogado, e pelo visto bem sucedido, o homem de hoje, desnecessariamente, ainda sofria com a bobagem do garoto!

Muitos fatos haveria ainda por recordar, mas ai vai um último, também inesquecível para mim.

No meio de uma aula, no noturno, um moço pede para dar um recado. Distraidamente, fiz um gesto afirmativo, pensando tratar-se de alguém do Centro Acadêmico. Entrou um gigante e mal o pobre começou a falar, percebi minha falha: tratava-se de um excepcional, solicitando dinheiro para tratamento. Falava com dificuldade, com a língua bem presa e não conseguia mais terminar. O constrangimento da classe começou a preocupar-me. Pedi-lhe que terminasse e ele respondeu, áspero, que queria falar! E falou mais e mais e mais ainda... Foi então que realmente errei: peguei em seu braço e disse, educado, mas com energia:

- Pronto! Seu tempo terminou.

O pobre moço desvencilhava-se violentamente, entrando em processo de perigosa tensão emocional. Mal comecei a refletir sobre a atitude a tomar e uma aluna, pequenina, veio do fundo da sala, rapidinha, pulando carteiras e, com um sorriso, sussurrou-me: “deixa, professor! Eu tiro ele da sala!”

Sem esperar por resposta, tomou o gigante pela mão, falou-lhe coisas que não ouvi, e ele, docilmente, a acompanhou até fora da sala de aula. Pouco depois a menina voltou e foi recebida pela classe com ruidosa e espontânea salva de palmas! Curioso que fiquei, mal consegui concentração para terminar a aula e, ao fim desta, pedi à moça que aguardasse.

- Como você conseguiu isto, menina?!

- Foi fácil, professor: fiz magistério e tive um curso de relacionamento com excepcionais, assunto que eu gosto...

Desnecessário dizer que, com mesma competência, a encantadora criatura cursou minha disciplina.

DE NORMAS

O que deve ser uma Introdução ao Estudo do Direito? Que normas de conduta didática e que padrões seguir?

Exortando-me a escrever para este número especial, a Professora Angélica Carlini incita: - sua aula de hoje é a mesma de vinte e tantos anos?

- Claro que não, respondo.

- Então! Escreva sobre isto!

Ao refletir sobre as mudanças todas neste longo tempo, penso que muito se alterou. E tinha mesmo que mudar! Mudaram os alunos ou mudei eu, perguntaria poeticamente Machado. A resposta é uma só: mudamos ambos! Melhor: tudo mudou!

O simplório confunde sucessão temporal com progresso e pensa que toda mudança é boa. Ao cético e saudosista, aborrecem quaisquer mutações. Como é raro o equilíbrio! Mas há que tentar!

A mudança sugere, paradoxalmente, a busca do que é permanente. E nessa sofrida disciplina que tem sido o longo do tempo a Introdução ao Estudo do Direito (ou à Ciência do Direito), mal compreendida pela mediocridade oficial, o permanente não é seu conteúdo: é sua finalidade!

E esta, é a de provocar o espírito crítico dos alunos, ajudá-los na árdua tarefa de aprender a pensar com a própria cabeça. Isto é o que se persegue desde sempre, mas a forma, esta muda e modifica-se. Da aula apenas expositiva dos primeiros tempos, à dialogada dos dias de hoje; da estima pelas respostas no passado, à valorização da pergunta da atualidade; do ingênuo apego à norma regra de antanho, ao novo amor pelas normas-princípio! Tudo isto foi mudança. Menos o esforço crítico.

Hoje, mais que ontem, acentua-se a necessidade do operador do direito estar apto para mencionada atitude crítico-reflexiva. Para tanto, deve acompanhar o progresso das demais ciências sociais. Tenho insistido com meus alunos: o que Celso Furtado pregava para a ciência econômica, vale também para o Direito. A necessidade de simplificação de certos problemas em função da aplicação de determinados métodos implicou, na ciência econômica, diz ele – e, podemos os juristas afirmar, *mutatis mutandis* – também na ciência jurídica – a eliminação do fator tempo; Furtado mostra ainda a necessidade de uma compreensão dos processos sociais globais, para um avanço científico dinâmico, o que, sem dúvida, conduz a uma percepção multidisciplinar. Tudo isto e dentro do possível, é que se vem tentando em IED.

Mas e o tridimensionalismo jurídico? Já não está superado? A pergunta me foi feita realmente, por um estudante. Ao indagar-lhe por qual teoria, mencionou a vetusta tópica jurídica... Sempre respondo que não se deve confundir perspectiva diversa, com superação. Goyard-Fabre, escrevendo na França já neste século XXI sugere um retorno a Kelsen! Michel Villey, merecidamente respeitado, defende nos dias atuais o mais que milenar Direito Natural! Acrescento que toda teoria busca superar-se e que nosso próprio esforço orienta-se sentido de superá-las. Mas não podemos, ingenuamente, agarrarmos a última novidade, pela única virtude da própria novidade. Nem cair no dilema – apontado por Mangabeira Unger – que assalta os que sucedem épocas de grandes teorias (os séculos XIX e XX produziram grandes progressos em teoria jurídica): refugiar-se na simples exegese dos grandes autores, ou escudar-se em especializações minuciosas.

O certo é que uma ênfase excessiva – e muito atual – no plano da dogmática jurídica e de sua técnica preocupa-me como professor e como homem atento à importância do Direito, por ser caminho seguro para instrumentalização das mentes!

Afasto-me, hoje mais que no passado, de perspectivas que favorecem um comportamento acrítico diante das soluções jurídicas, direcionando fortemente e em sentido único, o irrecusável papel político da aplicação/realização do Direito. Não por acaso observa Ferraz Jr.: “O saber dogmático contemporâneo, como tecnologia em princípio semelhante às tecnologias industriais, é um saber em que a influência da visão econômica (capitalista) das coisas é bastante visível”.

Assim, hoje em dia não há – se é que algum dia houve – aquela ortodoxia sugerida pelo chiste do aluno. A perspectiva tridimensional é, apenas, a ferramenta de análise de que me valho, por sua grande abertura, para estimular o espírito crítico e analítico dos alunos. E coloco ênfase, cada vez mais, no crucial problema do poder de valorar e seu processo. Sublinho para os alunos que o dinamismo da relação fato social/norma jurídica, por um lado, e a concretização de atos de valoração nas diversas etapas da vida das ordens jurídicas por outro, abrem espaço para pesquisas no campo de uma Ciência Jurídica mais ambiciosa e não comprometida apenas com a questão da decidibilidade.

Estimular o conhecimento da farta produção teórica em campos próximos do jurídico, mostrar possibilidades

de sua absorção no âmbito do conhecimento jurídico/normativo e jurídico/político e – em uma atitude fortemente dialética – estimular o conhecimento de todas estas relações: do fato social e da norma jurídica, das relações de poder em sua dinâmica e seus reflexos na formação/atuação do direito nas diversas formações sociais, eis a finalidade que vislumbro hoje para a Introdução ao Estudo do Direito.

É esta minha normatividade docente, vinte e oito anos depois de ingressar nesta Casa. E como norma de conduta que é, implica um dever ser para o qual volto meu esforço, acertando algumas vezes e muitas outras falhando. Mas nem por isso a norma se altera e nem se altera o sonho ambicioso.

DOS VALORES

Ficou para o término o aspecto axiológico desta recordação tridimensional. Cultivamos valores nesta Casa, como de resto quero crer que todas as universidades sérias o façam e se há as que não fazem, deveriam desaparecer. Mas dada a característica da *preferibilidade* axiológica, há variações e divergências entre docentes e discentes: há os que preferem a Segurança Jurídica e apregoam a fidelidade estrita à Lei. Há os que privilegiam a Liberdade e mal disfarçam seu entusiasmo por liberalizações em todos os âmbitos. Há os apaixonados pela Igualdade, buscando crescer o interesse pelos aspectos sociológicos e pelos Direitos Humanos... e por aí vamos. A idéia do valor jurídico maior, a Justiça, sofre o efeito desta disparidade e destas divergências. Mas se a mesmice empobrece, a diversidade enriquece.

Somos ricos, portanto.

Mas o valor que mais me tem encantado nestes anos e que em minha maneira de ver nos caracteriza, nos dá uma fisionomia forte, é uma tácita concordância naquilo que apelido de *humanismo prático e vivido*, que se traduz em nossa convivência afetiva. Há estima entre os professores. Há estima entre nós e nossos alunos, como creio que há entre eles.

Ruidosa é a sala dos professores e ruidoso é o pátio, fruto de uma diversidade que não machuca, porque permeada pelo respeito e pelo afeto.

Que isto não se perca!

UMA HISTÓRIA DE ALUNO, ORADOR E PROFESSOR

Denis Paulo Ferraz da ROCHA*

Saiu um semeador a semear sua semente...

A princípio, o discurso de formatura foi simples, mas busquei trazer um ideal de esperança, semear para gerar boas árvores e bons frutos!

Todos da minha turma estavam lá, depois de cinco de anos de curso, com os percalços e vitórias, eu assumia o microfone para o discurso de formatura. Era o encerramento de um capítulo, mas de imediato inaugurava um novo parágrafo no nosso livro, agora como Bacharéis em Direito.

Desta turma, hoje já contamos com Advogados, Juiz de Direito, Juízes do Trabalho, Professores Universitários, Promotores de Justiça, Procurador Federal, Servidores Públicos... Temos também aqueles que já não residem no Brasil e aqueles que preferiram se especializar em outras áreas do conhecimento. Mas naquela noite, todos da minha turma estavam lá.

Saiu um semeador a semear sua semente – foi assim que comecei o discurso e é assim que reinicio hoje. Não sonhava naquele momento assumir a cadeira de Direito Civil e Direito Processual Civil na PUC-Campinas, mas agora busco enfatizar ainda mais o discurso, na nova esperança de produzir bons frutos aos novos alunos que freqüentam os corredores e o Pátio dos Leões.

Aos acadêmicos, deixo a certeza da honra e tradição dos bancos acadêmicos da Faculdade de Direito; aos demais, deixo o discurso da Turma XLIII da Faculdade de Direito da PUC-Campinas¹, lembrando aquela noite de sexta-feira, em que todos da minha turma estavam lá!

Saiu o semeador a semear sua semente...

Sr. Diretor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Dr. Luis Arlindo

Feriani², Dr. Francisco Vicente Rossi, Diretor da Faculdade de Direito no período em que lá estudávamos, digníssimos membros do Colendo Congresso da Faculdade de Direito, hoje reunido em sessão de gala, homenageados e amigos.

Em 20 de janeiro de 1994, exatamente 5 anos e dois meses atrás, éramos inscritos no vestibular da Puccamp e respondíamos a questões de Língua Portuguesa e redigíamos uma dissertação sobre a Corrupção no Congresso Nacional. Tínhamos a esperança de entrar em uma boa faculdade, de cumprir integralmente os estudos e um dia, quem sabe, ouvir nosso nome ser chamado pelo Diretor para a entrega do Diploma. Era o cumprimento de um objetivo.

O que eu não imaginava é que, por detrás da conclusão do curso, estaria também encerrando cinco anos de representação de classe. Não sabia quão difícil é agora deixar de ficar correndo de um lado para o outro, de escutar reclamações, críticas e até elogios de meus colegas de classe. Hoje, muito mais que colegas.

No começo do primeiro ano, estávamos nas ruas, implorando por alguns trocados para podermos comprar nosso tênis de volta, começavam as eleições para o calendário de provas, começavam as novas amizades, mas terminamos aquele ano com a Língua Portuguesa enroscada na nossa garganta...

No segundo ano, surgiram as enquetes, sempre axiologicamente neutras. Era o ano do professor Maciel, Dr. Jamil, Dr. Jorge, monitor Ricardinho³ e o começo por nossa amizade com o monitor Mané⁴. O mestre Paiva já era da casa. Era o ano das conversas no Pátio dos Leões, das

⁽¹⁾ Professor de Direito Civil e Processo Civil, Integrador Acadêmico de Estágio e Mestre em Direito Processual Civil.

⁽²⁾ Discurso proferido em 19 de março de 1999, por ocasião das Solenidades de Colação de Grau do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

⁽³⁾ O D. Professor Luis Arlindo Feriani havia acabado de assumir o seu primeiro mandato de Diretor da Faculdade de Direito.

⁽⁴⁾ O D. Professor Ms. José Ricardo Haddad, na época "Monitor Ricardinho", é o nosso nome de turma.¹ Durante o curso, o Advogado Dr. Manoel Policarpo de Azevedo Joffily Junior, um dos nossos monitores de Direito Civil, faleceu em trágico acidente de veículo. Recordo, em homenagem.

⁽⁵⁾ Famosa república de alunos da nossa classe.

Festas na Falcão⁵, era o ano das mensalidades para a formatura.

Ninguém esquecerá a tranquilidade do terceiro ano. A turma já se conhecia melhor, já havia seus grupos de afinidade. Cada um possuía seu lugar na classe.

Os dois últimos anos foram os mais difíceis. Preocupações com as novas disciplinas, estágios e, naturalmente, refletimos mais sobre o nosso curso.

Assim, lamentamos a falta de investimentos, a falta de autonomia financeira e administrativa de nossa faculdade.

A Faculdade de Direito da Puc Campinas precisa, urgentemente, de um novo projeto pedagógico atualizado, de estrutura física, com salas de estudos, biblioteca condizente com as necessidades literárias do Direito e local apropriado para abrigar eventos e palestras extra-curriculares. Necessário, também, um cronograma das datas de importância para o curso e seu rigoroso cumprimento.

Tudo isso não se trata de sonhos utópicos, mas sim de um clamor de uma turma que lamenta este lapso na sua formação acadêmica e intercede pelas turmas que virão.

Devemos salientar, também, as vitórias conseguidas pela faculdade, como o início do Mestrado em Direito, o Simpósio sobre Crime Organizado, a Avaliação Institucional, bem como o intercâmbio com a Faculdade de Coimbra, em Portugal. Quanto ao provão, no quesito referente aos alunos, fizemos a nossa parte, mantivemos a qualificação A!

O fim do curso de Direito caminhava dentro do esperado, até termos uma tempestade, esta embalada em sacos plásticos. Assustou-nos o nosso excesso no brincar.⁶

Mas como diz a Rita Lee, 'são coisas da vida, e a gente se olha e não sabe se vai ou se fica'...

Somos pessoas diferentes, mas o importante... e o que nos gratifica é que sabemos conviver e respeitar essas diferenças.

Agora devemos virar mais uma folha do nosso caderno, mas não de esquecer o que nele já está escrito.

Enquanto alunos da Puc-Campinas, possivelmente nunca percebemos sobre a existência de um Jequitibá em frente à Prefeitura, um secular símbolo campineiro. Uma árvore com 60 metros de altura. E tamanho era a sua

imponência que o próprio prédio, sede do Poder Executivo Municipal, possui o nome de "Palácio dos Jequitibás".

Esta é uma árvore com raízes profundas, madeira de lei, frondosa e resistente. Em janeiro deste ano ela tombou; mas esteve lá, durante muito tempo, produzindo sombra e beleza para todos que quisessem aproveitar.

Devemos nós, como classe, aprender com esse Jequitibá. Estamos comemorando, desde terça-feira, muito mais que nossa formatura, comemoramos a nossa amizade. Comemoramos as nossas histórias que escrevemos juntos.

Histórias essas boas e ruins. Quantos churrascos a lembrar, quantas reuniões, quantas cópias do caderno da Isabela, quantas reposições de aula... provas e trabalhos que queremos esquecer... Quantos segredos nossa turma guarda. Se deixarmos de alimentar essas histórias, se deixarmos de ter risadas e choros juntos, se deixarmos de torcer, se deixarmos de orar uns pelos outros, abriremos uma grande fenda em nosso tronco.

Talvez agora seja o momento de você agradecer a um amigo, de pedir desculpas a outro por palavras que tenha dito, de dizer muito obrigado aos nossos professores, de dar aquele abraço apertado. Não podemos deixar para depois, porque este é o momento especial.

Devemos também, individualmente, continuar aprendendo com o velho Jequitibá. Fazer de nossas vidas uma árvore dessa estirpe, onde suas raízes são profundas e comprometidas com a verdade, com a justiça, com a dignidade. Vidas comprometidas com Deus.

Devemos almejar um profissionalismo atuante, dentro dos princípios éticos e morais. Devemos nos orgulhar do nosso Brasil, sendo justos frente às injustiças. Que a nossa sombra produza pacificação, esperança e solidariedade. Há muito tempo o Salmista já dizia sobre os justos: (...) "Ele é como a árvore plantada junto à corrente das águas, que, nos seu devido tempo, dá o seu fruto e cuja folhagem não murcha; e tudo quanto ele faz será bem sucedido."

Hoje eu deixo de representar a classe, mas não deixo de amar vocês. Que cada um de nós possamos, em nossa vida, nos tornar verdadeiros Jequitibás, (...) semente boa semeada pelo semeador.

Deus nos abençoe a todos e muito obrigado pela confiança, amizade e atenção.

⁽⁵⁾ Famosa república de alunos da nossa classe.

⁽⁶⁾ No final do curso, a turma promoveu uma "briga de bexigas de água" no Pátio dos Leões, sendo que, em razão do exagero e desproporção da nossa brincadeira, tivemos que assumir compromissos com o Conselho de Faculdade. Por pouco não houve suspensão da colação de grau.

TRANSFORMAÇÃO DO ALUNO EM PROFESSOR

José Antonio MINATEL*

Estou hoje convencido de que o maior patrimônio que um ser humano pode acumular é o conhecimento. Não são os bens materiais, o carro, a casa, as jóias, ou qualquer outra utilidade que a disponibilidade financeira permite adquirir.

A aquisição do conhecimento passa, invariavelmente, pela decisão de buscar os bancos escolares, ir atrás das unidades que são organizadas para propiciar formação de seus discípulos, por meio de cursos estruturados em cada área do saber em que se busca a informação.

Comigo, não foi diferente. Vim para esta cidade especialmente para buscar um emprego que me oferecesse condições de trabalhar durante o dia, para custear um curso superior no período noturno. Assim, decidido pela área jurídica, ingressei na gloriosa Faculdade de Direito da PUC-Campinas no ano de 1971, tornando-me bacharel em ciências jurídicas no final do ano de 1974, pois sou da única turma que concluiu o curso de Direito dessa universidade em quatro anos, aproveitando a oportunidade de opção por regime de créditos extemporâneos à época oferecido aos alunos de 3º e 4º anos. Por esse regime, a Faculdade de Direito oferecia disciplinas da grade curricular dos últimos anos, que eram cursadas de forma intensiva, nos períodos de férias (janeiro, fevereiro e julho). A experiência foi única.

Dessa forma, em cada um dos últimos anos (1973 e 1974) passei doze meses pelo Páteo dos Leões, dividindo as amarguras da ausência de férias com pessoas que se tornaram amigos inseparáveis, que também estavam investindo na busca de conhecimento e hoje são profissionais de sucesso em suas respectivas áreas. Não vou citar nomes para não pecar por certas omissões.

O título de bacharel em Direito propiciou-me suficiente base de conhecimento, a ponto de ser aprovado

no primeiro concurso público a que, atrevidamente, me inscrevi, para o cargo de Agente Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo. Isso foi no ano de 1977 e não posso negar que a escolha por essa área tributária se deveu à minha admiração pelas maravilhosas aulas do inquieto e competente professor, Dr. Heitor Regina.

No entanto, já naquela época aprendi que as rusgas políticas ficavam acima de muitos princípios que aprendi na universidade, pois o Governador do Estado que acabara de ser eleito resolveu não nomear os candidatos aprovados em concurso realizado pelo governo anterior. Com a demora, em 1979 prestei concurso na área federal e fui aprovado para o cargo de Fiscal de Tributos Federais, vindo a ser nomeado e empossado em 01.12.1980. Quando já estava em plena atividade na Secretaria da Receita Federal, recebi comunicado de minha nomeação para o cargo estadual, do qual desisti para continuar trabalhando na área federal.

Diferentemente de muitos servidores públicos, nunca descuidei de continuar investindo na busca de conhecimento, freqüentando cursos de especialização na área tributária em finais de semana e à noite, todos por mim custeados.

Tomei conhecimento, no final de 1983, de abertura de concurso público na Faculdade de Direito da PUC-Campinas para a contratação de “instrutor”, no qual me inscrevi para o departamento de Direito Público, vindo a ser aprovado na prova escrita e, em seguida, na prova prática, que se constituía em ministrar uma aula para a banca examinadora, em tema sorteado horas antes. Lembro-me do esforço para encarar uma sala de aula com dois únicos ouvintes, o meu grande professor de Direito Penal Álvaro Cury e o seu precoce discípulo Sílvio Artur Dias da Silva, meu companheiro de turma na graduação que já se tornara professor.

^(*) Mestre e Doutor em Direito Tributário pela PUC-São Paulo; professor de Direito Tributário na Faculdade de Direito da PUC-Campinas; professor do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET; ex-membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, em Brasília; advogado e consultor tributário.

Foi assim que, de aluno, me tornei professor dessa renomada Faculdade de Direito, condição que me levou a procurar curso de mestrado na PUC de São Paulo e posteriormente doutorado, sempre na incansável busca de investir na aquisição de conhecimento. Com isso, fui guindado ao exercício de funções públicas das quais tive o discernimento de saber a hora de deixá-las, sempre a pedido, como o cargo de Delegado da Receita Federal em Campinas (1992 a 1995) e membro do Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, em Brasília (1995 a 1999).

Apraz-me rememorar essa trajetória para registrar o meu apego à docência da qual nunca renunciei, pois sempre foi intensa a minha vontade e necessidade de transmitir o pouco de experiência que acumulei. Quantas noites, já exausto do árduo trabalho tinha que ir direto para cumprir a rotineira obrigação de ministrar aulas nessa Faculdade, muitas vezes refletindo sobre a desnecessidade de manter essa dupla jornada, uma vez que poderia ir direto para a casa, para o merecido descanso no convívio com a família, porque a dedicação à docência nunca foi motivada pela remuneração. Todavia, essa reflexão só tinha peso enquanto

estava no trajeto em direção à universidade, uma vez que era outra a minha postura pós-aula. Sentia-me reconfortado, reconstruído, como se tivesse saído de uma sessão de terapia. Sim, ministrar aulas, compartilhar conhecimento, é uma grande terapia.

Nesse singelo registro, não me canso de externar que tenho a honra de até hoje pertencer ao quadro de docentes da PUC-Campinas, ministrando aulas nos cursos de graduação e de pós-graduação, na disciplina de Direito Tributário. Se pudesse me dirigir a cada aluno, insistiria para que avaliasse as relevantes razões para que invista sempre na aquisição do grande patrimônio que é o conhecimento, pois a partir dele outras conquistas materiais certamente advirão. Se não bastassem essas razões, diria ainda que esse patrimônio (conhecimento) é “impenhorável”, “inconfiscável”, “imprescritível” e diga-se ao pé do ouvido para que não ouçam nossas gananciosas autoridades, “intributável”.

Parabéns à Faculdade de Direito da PUC-Campinas e muito obrigado pelo patrimônio que me propiciou!

FACULDADE DE DIREITO DA PUC-CAMPINAS: 55 ANOS DE AMIZADES

Wilson LEVY¹

Com muito carinho recebi e aceitei o convite para contribuir com esta edição comemorativa da Revista Jurídica, em razão dos 55 anos da Faculdade de Direito da PUC-Campinas. Ter a oportunidade de escrever um pouco sobre os 55 anos, e toda a história por trás das paredes (e do pátio, e das salas de aula...) do prédio histórico e de seus intermináveis anexos interiores, com apenas quatro anos de casa, é certamente uma honra, da qual eu não declino, ainda que reconheça que será uma tarefa pretensiosa fazê-lo. Pois bem, como não me é natural negar desafios, vamos em frente.

Em primeiro lugar, um dado a ser considerado: aos 55 anos, a Faculdade de Direito da PUC-Campinas é mais velha (ou, para ser politicamente correto, “cronologicamente privilegiada”²) do que respeitáveis senhoras, como a União Européia, que em 2007 comemorou os 50 anos do Tratado de Roma, que celebrou sua criação, em meio a dilemas e um caminhar que o filósofo alemão Jürgen Habermas definiu como modelo de comboio, em que o mais lento determina a velocidade do conjunto³. Habermas continua em sua reflexão, insistindo no procedimento para a elaboração de uma Constituição Européia, cujo projeto entrou em crise com o rechaço da França há cerca de dois anos. Para o filósofo da Escola de Frankfurt, a Europa precisa se desvencilhar dos melindres de outrora, pois se trata de um flagrante contra-senso, aos 50 anos, insistir nos vícios do passado como presente, ou mesmo através do passado comprometer o futuro.

Porém esta é uma investigação que deixarei para outro trabalho. Não parece equivocada ou mesmo digna de discordância a idéia de que não se deve insistir nos erros

do passado. Habermas, autor que estudo há três anos, graças ao incentivo de docentes da Faculdade de Filosofia, e que é responsável por importante contribuição à Teoria do Direito, desenvolve outras reflexões importantes e dignas de destaque, sobretudo a ética do discurso, cujo fundamento reside simplesmente na sinceridade semelhante às relações intersubjetivas cotidianas (do mundo da vida... ah, se Habermas conhecesse melhor este lugar, o Brasil...), e a razão comunicativa, conceito trabalhado como forma de superação das vicissitudes da razão monológica e instrumental moderna, e que hoje está na base da educação dialógica, de matiz interdisciplinar e horizonte crítico, e que encontra eco no que há de mais moderno nesse sentido. Além disso, não nos deixa esquecer da importância da educação para a formação de uma esfera pública crítica, capaz de construir coletivamente a opinião pública e interagir de forma mais ativa com o Estado na definição dos rumos da sociedade.

Se a modernidade se confunde com modismo, e soa como influência longe de ser perene, podemos retornar a Aristóteles, e a um de seus textos principais: **Ética a Nicômaco**. Ao Estagirita, na descrição minuciosa das virtudes morais e intelectuais, e a discussão sobre o que é o “bem”, é quase certo o encontro com elementos que hoje caracterizam o pensamento habermasiano. Ao falar de Justiça, uma virtude moral, como ato voluntário que depende do outro e se dirige para o outro, do fazer o que é justo e desejar o justo, não se pode olvidar que o elemento sinceridade é um mister, assim como outros, que fazem desta virtude uma das mais importantes do pensamento de Aristóteles.

⁽¹⁾ Bacharelado em Direito pela PUC-Campinas. Bolsista de iniciação científica do CNPq, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Paulo Rouanet. Membro do grupo de pesquisa CNPq Ética e Justiça. Membro da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDi) e da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP), vinculada ao Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP).

⁽²⁾ A lembrança da piada vem do ensaio **A Coruja e o Sambódromo**, publicado pela Cia. Das Letras como capítulo do livro *Mal-Estar na Modernidade*, do cientista político e diplomata Sérgio Paulo Rouanet.

⁽³⁾ A referência a esta expressão pertence ao artigo **Terra Instável**, de Matthias Henig, do Caderno Mais! da Folha de S. Paulo, de 01 de abril de 2007.

Todos esses são, certamente, valores que não podemos esquecer de ensinar, de aprender e de praticar, não necessariamente nessa ordem. E que a experiência certamente solidifica, e que mira no futuro como destino.

Mas vamos deixar a reflexão filosófica para outro momento.

Voltando ao convite feito para um breve relato: quando falo no título em 55 anos de amizades, defendo a tese de que acima de categorias abstratas, como “instituição” ou “tradição”, estão as relações humanas que, reiteradas, se transformam na composição de pequenos fragmentos de memória, como fotografias de momentos pequenos e grandes, e que vão construindo essa tradição. Quero dizer aqui que instituições não são personificáveis, não são maiores que as pessoas, e que não é prudente confundir a trajetória de uma vida com a devoção a essa categoria. Ainda que marcado por ela, devemos lembrar que a vida segue seu rumo.

Comigo não seria diferente. Minha história na Faculdade de Direito da PUC-Campinas vem acompanhada desses pequenos fragmentos de memória, de insistentes fotografias de tradição, mas também, e principalmente, de pessoas. Falar em Associação Jornal O Leão, em Centro Acadêmico XVI de Abril, em sala de aula, em iniciação científica ou em monitoria, sem lembrá-los é produzir um exercício auto-biográfico, é o mesmo que contar essa história pela metade.

Assim, creio que usar este pequeno espaço para eternizar pessoas que foram, são e serão verdadeiros mitos na Faculdade de Direito da PUC-Campinas e, principalmente, pessoas que foram, são e serão referências em minhas peregrinações é devolver um pouco (afinal “tudo” exigiria o espaço de vários volumes de livros) daquilo que significam, na forma de uma humilde e sincera gratidão.

E se elas puderem, com o calor do vínculo ou com a lembrança de um momento, em pequenos fragmentos, me ajudar a contar essa história, acho que vou conseguir atingir o objetivo deste texto.

Tudo começou em 2004. Recém saído do colegial, ingressava na Faculdade de Direito da PUC-Campinas, deixando de fazer a segunda fase do vestibular para o curso de bacharelado e licenciatura em História na UNICAMP. Cabelo raspado, trote, veteranos e veteranas, a galera toda em clima de confraternização e alegria, com música, curtindo os cantos da faculdade, cerveja... a oportunidade de cursar Direito e mexer com leis, pessoas, juízes, promotores e, principalmente, de desenvolver o senso de justiça e a vontade de mudar as coisas ao meu redor.

Passada a euforia (se é que ela passa no primeiro ano), logo na primeira semana acontecia o primeiro desafio.

O pessoal do C.A. passava em sala e falava sobre a importância da representação de sala, destacando que deveríamos promover um debate e uma eleição para indicá-lo. Fiquei interessado, mas achei que era melhor esperar a volta deles, pois certamente teria colegas com o mesmo interesse. Surpresa: ninguém se interessou, e fui democraticamente imposto no cargo. Achei estranho o acanhamento dos colegas: alguns acharam o trabalho penoso demais, outros temiam envolver-se em discussões com os professores, o que poderia implicar numa suposta perseguição... Não me importei e fui em frente.

Ser representante é uma doação e um presente. É uma doação porque certamente envolve trabalho e conhecimento normativo e político do que é a Universidade, além de saber lidar com situações pessoais que aos olhos do grupo podem parecer pequenas, mas que envolvem questões de vida, dilemas, problemas emocionais, dificuldades financeiras. E não apenas lidar, mas também, em alguns momentos, fazer o papel de amigo tão em falta nos tempos individualistas em que vivemos. Mas é um presente pois permite um trânsito intenso na sala, e, nesse meio tempo, amizades surgem e vínculos se fortalecem.

Dessa experiência sei que posso lembrar para sempre dos meus parceiros de sala, todos, mas em especial os amigos Leonardo Andreotti, Raphael Bontempi, Lucas Tonon, Danilo Capuano, Vinícius Imbrunito, Gustavo Lucredi, Tiago Saura, Esther, Mariana Capovilla, Patrícia, Taísa, Ana Carolina... E aqueles que não estão mais em nossa sala, apesar de terem começado o curso conosco: João Junqueira, Renan Guidi, Gabriel Fávaro... E, certamente, nos bons docentes que tivemos, especialmente o Prof. Pedro Santucci, que nos acompanhou por 3 anos, e que ainda hoje é presente em nossa trajetória.

Em seguida veio o Centro Acadêmico XVI de Abril. Este sim parecia um desafio digno de medo. O grupo vinha de um movimento muito consistente pelo triunfo da ética na Faculdade de Direito, e começava um caminho de renovação de seus quadros embalado por uma enorme capacidade de mobilização e por uma crítica contundente das estruturas de poder da faculdade. Sentia que aquele era o meu lugar. E por um ano articulamos, compramos brigas, fomos a intermináveis reuniões do Conselho de Faculdade, mudamos muita coisa.

E incomodamos muito, quando decidimos que não concordávamos com o modelo de ensino jurídico predominante, sentimento que culminou com uma das melhores semanas jurídicas de todos os tempos, que reuniu, na mesma semana, pessoas como Luis Alberto Warat (e aqui não deixo de lembrar que todos nós temos dois períodos em nossas vidas: o a.W e o d.W – antes de Warat e depois de Warat), José Arbex Jr, o Des. Cláudio Baldino Maciel,

Maria Aparecida Aquino, Luiz Gonzaga Belluzzo e tantas outras figuras que nos levaram a conclusão de que podíamos sonhar sim. Sem esquecer, um pouco antes, da memorável palestra com o Senador Eduardo Suplicy, que emocionou a maioria dos quase 400 estudantes que se amontoaram no Auditório Nóbrega para vê-lo palestrar, cantar e interpretar.

Não acho ser lícito pensar no Centro Acadêmico XVI de Abril, sem lembrar dos foucaultianos Rodrigo Freston (o Inglês) e a combativa Erica Serra (Eriquinha), ou então daquele que me ensinou que família a gente escolhe sim, e que se revelou um irmão que eu não tive, o Vitor Blotta (Vitão), hoje mestrando em Filosofia e Teoria Geral do Direito na USP, e que deu música e poesia às nossas reivindicações, com seu violão e sua sensibilidade, mas também com sua combatividade e militância. Ou na alegria de pessoas como a tesoureira da gestão, Ana Carolina (Carol) e suas amigas. E dos docentes que sempre nos apoiaram e estimularam nessa caminhada, em especial a Prof^ª Angélica, na época recém-chegada à PUC-Campinas, o Prof. Luis Fernando Lobão, a Prof^ª Maria Helena Campos de Carvalho e o Prof. Paulo Roberto de Sousa.

Meu ciclo no Centro Acadêmico XVI de Abril se encerrou no início de 2006. Como sempre me ensinou meu avô: “o melhor travesseiro é uma consciência tranquila”. E hoje eu posso dormir com a certeza de que, juntos, todos nós fizemos a diferença.

A próxima parada nessa viagem foi a iniciação científica, a pesquisa na graduação. Ela está bem próxima, pelo menos cronologicamente, da militância acadêmica, mas merece um capítulo a parte, pois para mim nasceu de um objetivo pessoal que se transformou em bandeira de gestão. Tínhamos uma série de dificuldades para pensá-la, de grupos de pesquisa desestruturados a professores sem titulação e produção, além de toda uma cultura auto-defensiva que parecia refratária a isso. Porém seguimos em frente, e de batalha em batalha, e ajudados principalmente pela acolhida de diversos docentes de fora da Faculdade de Direito que reconheceram em nós potenciais em pesquisa, ainda que contidos, chegamos a mais de 20 alunos pesquisando, contra 5 do ano anterior. Não posso terminar este parágrafo sem lembrá-los: Prof. Fernando Mattos, que desde o começo nos apoiou e incentivou, orientando o Vitor Blotta e a Stella Ganem em 2003, o Prof. Pe. José Trasferetti, Prof. Luiz Paulo Rouanet, Prof.

Não posso falar em iniciação científica sem lembrar do Prof. Samuel Mendonça, que deu asas a esse sonho e soube entender a importância de um momento histórico e começou, conosco, a *balançar o coreto*, e dos primeiros colegas, Pedro Peruzzo, Priscila Credidio e Karen Sayuri, que dividiram comigo as dificuldades decorrentes do longo

engatinhar da pesquisa em Direito na PUC-Campinas, junto com outros, como a grande amiga Naira Brasil, que provou a natureza interdisciplinar do Direito, que ninguém pode negar, ao pesquisar com o Pe. Trasferetti na Faculdade de Teologia.

E foi na pesquisa que conheci minha namorada, Jaqueline Santa Brígida Sena, meu melhor presente na PUC-Campinas, na época monitora de Introdução ao Estudo do Direito, e hoje mestranda em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela USP, e a querida amiga Elisa Pires da Cruz, a quem chamo carinhosamente de “anexo” que veio de brinde junto com a Jaque, e com as quais compartilhei a orientação do Prof. Luiz Paulo Rouanet, da Faculdade de Filosofia (a quem muito agradecemos também), além madrugadas de loucura acadêmica na véspera de congressos, quando praticamente não dormimos para terminarmos nossos trabalhos.

E nesses quatro anos eu também tive a oportunidade de desenvolver meu trabalho como monitor de Direito Penal, sob a supervisão do Prof. Pedro Santucci. É uma experiência recente, que se iniciou em 2006 com a turma do 1^ª ano noturno, e que marcou profundamente minha vida acadêmica e deu a certeza que faltava para eu me interessar pela vida acadêmica.

Descobri na prática que não importa o ano: ainda que o conhecimento dogmático seja imprescindível, os alunos estão cansados do senso comum teórico dos juristas, que se entregou à ingrata e lusitana tarefa de buscar o sentido primeiro da norma e seu espírito, a vontade do legislador, na leitura em monocórdio da Lei, da doutrina e da jurisprudência.

Descobri também o prazer que é sair às 23h20 da Universidade depois de uma sessão de monitoria em que se discutiu o amor como fundamento hermenêutico de reconstrução da intersubjetividade, ou mesmo de como o Direito pode e deve ser encarado como uma linguagem que pode servir para justificar fins, inclusive valorar o elemento “patrimônio” mais do que se valora o elemento “vida”. E, principalmente, que os estudantes querem sim um horizonte mais crítico, mais amplo, mais reflexivo, interdisciplinar e plural de compreensão do Direito, que não se resume à análise gramatical do texto normativo, cuja consequência primeira só pode ser o *estado-da-arte* do advogado mais astuto. Terminamos o ano quase realizando um divã coletivo, tamanha foi a acolhida da turma com este jovem monitor, que se alegrou em descobrir que ainda temos muitos colegas movidos pelo senso de justiça.

Enfim, são apenas 4 anos. Porém tudo o que foi descrito aqui são conquistas que merecem ser comemoradas, ao menos por este estudante que um dia leu a Missão da Universidade e se identificou um pouco, num breve exercício hermenêutico, quase gramatical.

São conquistas muito maiores que uma instituição, mas que só através de uma se tornaram realidade. São amizades que ultrapassam a fronteira do mundo acadêmico, e que hoje posso dizer que são amizades de vida. São lições que bem ou mal definem opções de vida, visões de mundo, e que são responsáveis por aquilo que sou e por aquilo que quero ser.

Vamos comemorar.

Crescemos, independente da circunstância.

E se agora olho para trás e descubro que passei a maior parte do meu tempo no Pátio dos Leões, aquele mesmo pátio de tantas lutas e tantas pequenas fotografias de

relações que um dia foram presente, e que hoje compõem a memória coletiva daqueles que por lá passaram, posso dizer que esses quatro anos foram inesquecíveis. E que consigo imaginar que mesmo aquele que passou 55 anos por lá, e que não são poucos, compreendem o que eu falo. Tentei aqui dar voz a essas pequenas memórias coletivas. Se consegui, não sei. De todo modo, acredito que ter eternizado alguns personagens tão importantes para a PUC-Campinas, já tenha valido a pena.

Que as próximas turmas e os próximos 55 anos sejam de muita luta, mas também de muita amizade, pois ainda há muito que ser feito.

O QUE A PUC DE CAMPINAS REPRESENTOU NA MINHA VIDA

I. Renato BURATTO*

Juiz do Trabalho

O que a PUCC representou na minha vida? Com essa questão, elaborada pelo grande Mestre Dr. Heitor Regina, vi minha infância e juventude passarem rapidamente na minha cabeça, em *flashes* de memória. E confesso, emocionado, que até senti orgulho de minha vida pregressa e do que conquistei até aqui. Sensação de dever cumprido. Verifiquei, inclusive, que a PUCC representou, na minha vida, muito mais do que poderia expor nessa missiva.

Tudo começou nos idos de 1967, quando ingressei no Colégio Pio XII, na época sob a direção do Pe. Roberto Pinarello Almeida. Grande homem e educador... Difícil não recordar da época com saudade...

Lá cursei o ginásio e o curso clássico. Foram 9 anos. A rígida disciplina não impediram que infância e adolescência fossem aproveitadas de forma saudável e completa.

Posteriormente, ingressei na Faculdade de Direito, mais precisamente, em 1976, encerrando a graduação em 1980.

Tenho a lembrança do primeiro dia de aula, daquela sensação de incerteza e coragem ao mesmo tempo, por acreditar que lá seria apenas o início do futuro que estava buscando. Recordo-me dos colegas de turma... E dos professores todos que abdicaram de seu precioso tempo e se dedicaram para nos ensinar, ensinar e ensinar, em todos os aspectos, como se faz para “chegar lá”, para alcançar a meta visada. Enfim, para vencer.

Da formatura, lembro-me como se fosse hoje. A feliz sensação de conquista e satisfação. E a certeza da responsabilidade por ter me tornado um profissional de Direito, por saber da importância dessa área de atuação.

Lembro-me dos dias difíceis, nos quais a solidariedade entre os colegas sobressaía... Dos estudos...

Das provas... Da felicidade pela nota alta... Ou do desânimo da derrota, quando a nota era baixa... Lembro bem de tudo e todos, limitando-me a assim declarar, para não me tornar exaustivo ou não cometer a injustiça de deixar de relacionar alguém nessa lista.

Bem observando, a Sociedade de Instrução e Educação, mesma mantenedora da PUCC e do Pio XII, fez parte de minha formação profissional e, mais ainda, antes de tudo, de minha formação pessoal e social.

Hoje, com a maturidade, salta-me aos olhos que a preocupação dessa nobre entidade de ensino foi mais que ministrar aulas. Teve e tem o importante papel social de criar cidadãos honestos e decentes, de formar pessoas de bem, valorizando o respeito ao próximo, a si mesmo e ao meio ambiente.

O enaltecimento da tábua de valores, como base da educação, é uma constante no caso das citadas entidades de ensino, e conduz à formação de pessoas valiosas, independente da profissão escolhida. Esse é o papel fundamental dos órgãos de ensino. E esse mister foi (e é) muito bem desempenhado pelo Pio XII e pela PUCC-Campinas.

Posso dizer, portanto, com muita satisfação, que grande parte do que sou hoje é devido ao aprendizado que, ao longo dos anos, obtive no Pio XII e na PUCC.

Assim, a singela resposta à pergunta inicialmente feita, é a de que a PUCC, incluindo o Pio XII, teve grande importância na minha vida. A resposta é singela aos olhos de quem lê, porém, é incomensurável para este relator, vez que obtive base para chegar onde estou, hoje, Juiz do Trabalho, recém-eleito pelos meus pares à Vice-Presidência do Tribunal Regional da 15ª Região.

* Juiz de Direito

RATIONE TEMPORE, CORAM SOL

Fernando Furlanetto GALUPPO *

Em setembro de 2001 pedi a dois amigos, que já cursavam Direito antes de mim, algumas dicas de livros introdutórios à carreira.

Indicaram-me “*O Caso dos Exploradores de Cavernas*”, de Lon Fuller; e “*Lições Preliminares de Direito*”, da vasta obra legada pelo Professor Miguel Reale.

Devorei-os com avidez; apaixonei-me pela profissão; decidi prestar aquele vestibular para Direito e, em fevereiro de 2002, lá estava eu procurando minha sala nos tradicionais corredores do Pátio dos Leões da PUC-Campinas.

Agora, depois de tantas experiências vividas desde então, o tempo se mostra impietosamente inexorável: cinco anos se passaram em cinco meses!

Já com saudade, vemos a conclusão de um dos mais importantes capítulos de nossas vidas: a *formatura*! E o que seriam as *formaturas* senão o fim da *manhã*, com o sol bem acima de nossas cabeças, a nos convidar à vida através do arder de um meio-dia?

Assim, com a vida profissional mediata e imediatamente à nossa frente, vejo que não são dezenas, mas centenas, as lições memoráveis que aprendi em minha Faculdade de Direito. Algumas em sua natureza didático-pedagógica *de per se*; outras tantas (voluntária ou involuntariamente) ensinadas pelo *elemento humano* (que - também aprendi - nos ensinou muito mais que os livros).

Na Faculdade de Direito pude aprender, já naquela minha primeira leitura introdutória, que é possível se entender de maneiras distintas (com inteligência e boa-fê) uma mesma questão jurídica! Daí, exatamente, a beleza do Direito.

Isto é, aprendi a abandonar as vestes da análise “acrítica” que circunda - como um fantasma - todo aquele indivíduo que constrói uma opinião em três segundos. (Nesta nossa profissão, conforme aprendemos com Aristóteles,

prudência é tão importante quando *coragem*). É preciso *decidir*, mas é também preciso *pensar* antes!

Aprendi, também, com o Nino (funcionário de ouro), o que é *humildade e solicitude*; e aprendi, de igual modo, que apesar das grandes amizades, queiramos ou não, Direito é em boa parte das vezes uma carreira de notável formalismo e presente distância entre as pessoas (ao menos no Direito de meus tempos).

Ainda sobre a amizade, aprendi que na Faculdade de Direito fiz grandes amigos que se eternizarão na memória independentemente de onde estejam; e aprendi que, apesar disto, mesmo quando não se tenha feito absolutamente nada a algumas pessoas, elas simplesmente terão “outro entendimento” umas sobre as outras (nem se for “só para discordar”); e, sobre isso, aprendi que para se atingir a felicidade é preciso simplesmente compreender e aceitar que na vida há *amigos e colegas; adeptos e adversos*, e que dentro de qualquer dessas classes de pessoas pode haver honra e boa-fê (e que o mundo é belo justamente porque é variado).

Aprendi também, que quando você ganha, você ganha; e que quando perde, perde; mas que, às vezes, você perde quando ganha; e também ganha quando perde.

Curioso ou não, também aprendi que, em comparação a outros cursos, Direito é o curso *culturalmente* mais eclético e heterogêneo que existe (que isso venha a ser, quem sabe, uma tese de pós-doutoramento aos nossos mestres e doutores em Educação).

Explico-me. Em pequena amostra que tive de nossa Turma 51, lembro-me, especificamente, de ter convivido com amigos filósofos; pragmáticos; militares; góticos; religiosos fervorosos de distintas religiões; ateus; agnósticos; alunos pertencentes a 3 (sim, “três”) gerações etárias; políticos em potencial; “festeiros”; empresários potenciais; acusadores natos; defensores natos; “indecisos” *lato sensu*; dentre uma infindável gama de características assim... tão

* Formado em 2006 pelo Curso de Direito da PUC-Campinas.

distintas entre si... mas que conviveram juntas (e muitas vezes divertidamente) dentro de uma mesma turma neste cinco anos que se passaram.

Aprendi, também, que por um grande conjunto de variáveis, alguns professores se destacaram em relação a outros para nossas específicas individualidades (como em tudo na vida). Mas que, mesmo que sejam poucas as vozes que tenham prendido mais a atenção de nossos ouvidos, certamente são, e serão, vozes que falaram, e falarão, por muitas outras.

Aprendi que, diferentemente de em uma prova de cálculo ou matemática, em Direito as coisas se operam de modo diverso. Há, nesta nossa carreira, quem tire ou dê notas em provas, ou quem peticione e julgue processos com critérios muito mais numerosos do que os usados por um engenheiro ao desenhar uma ponte, ou um médico ao realizar uma traqueostomia; isto é, como nos ensinaria o grande jurista italiano Piero Calamandrei, tanto no *curso* quanto na *profissão* jurídica, é preciso conhecer a fundo as *entrelinhas do pensamento* e do *sentimento humano*. É preciso, pois, para o êxito no provimento jurisdicional, conhecermos todas as acepções (inclusive as poéticas) da expressão “fonte do Direito”; ou, por exemplo, da palavra “jurisprudência”.

Aprendi em nosso curso também um pouco de Direito Civil, Penal, Processual, Constitucional, Administrativo, Tributário, Direito do Trabalho, dentre tantos outros ramos (zetéticos ou dogmáticos). O suficiente para me alfabetizar minimamente na área; para me fazer perceber o quanto ainda não sei nada; e para me fazer enxergar o quanto ainda precisarei estudar se quiser saber algo.

Mas além de *dogmatismo jurídico* aprendi também muita *administração*. *Administração* do tempo; do meio; do resultado. *Administração* de um projeto e, muito mais que *administração* de projetos e de pessoas, *administração* pessoal (descobri em mim mais defeitos e imperfeições do que supunha ter, e clareei um pouquinho mais os caminhos que buscava enxergar).

Sobre *projetos*, aprendi coisas intraduzíveis ao presente artigo com a experiência que tive ao participar do grupo de alunos que fundou o nosso *Jornal O Leão* dos anos de 2004 e 2005 - idéia dos alunos de Direito cujo fim foi o de se criar veículo de comunicação interno com finalidade exclusivamente *jurídico-cultural*.

O projeto deste grupo de alunos que trabalhou voluntariamente (destinando as verbas restantes à compra de um piano, que se encontra hoje nas dependências do Campus Central) teve como objetivo o incentivo à redução do “quase exclusivismo dogmático-normativo” das

Faculdades de Direito de nossos tempos; em prol de um ensino jurídico que, queira Deus, venha, num futuro próximo, ensinar menos “*o que seja o Direito volúvel de hoje*”, e ensinar mais *pesquisa, filosofia jurídica, e técnica hermenêutica*, para que o futuro profissional do Direito possua instrumentos mínimos para se virar sozinho diante de um inusitado caso concreto, qualquer que seja.

Outra experiência fundamental se deu em 2005. Deparei-me com um edital de concursos de monografias jurídicas na internet, promovido pelo Conselho Federal da OAB, em Brasília.

Desacreditado na idoneidade de um país de há muito nepótico, resolvi participar do referido concurso monográfico quase que absolutamente sem esperanças (quando muito, ao menos já teria pronta - com um ano e meio de adiantamento - minha monografia de fim de curso).

Porém, para a minha surpresa, recebi um telefonema feito diretamente pelo Dr. Roberto Busato, informando-me que havia ficado entre as três primeiras colocações.

A alegria foi indescritível!

Em suma, a mensagem aqui ao leitor da área é: participe mais de concursos de monografia, participe mais de concursos “quaisquer”, pois, tendo sempre sido um aluno de notas razoáveis e não tão destacáveis como fui, por que o leitor não haveria de conseguir?

Ayrton Senna, em entrevista, certa vez, a respeito, revelou na escola ter a vida toda sido um aluno “nota seis”. Isso nos diz algo?

Mas o principal prêmio e lição que tive, entretanto, daquela experiência, e que torna imprescindível o relato, foi o convívio de poucos dias com os outros universitários participantes daquele concurso de monografias (cada qual de um estado brasileiro).

Conhecendo pessoalmente estes demais alunos que participaram do concurso, fui percebendo que mesmo aqueles que haviam ficado em posições inferiores a mim em colocação, “paradoxalmente”, não só me superavam em conhecimento jurídico, como demonstraram notável humildade e “simplicidade no jeito de ser”. Isto é, aprendi que o Direito, e os modos, vão muito bem além das fronteiras paulistas. E que o *outro*, apesar de nossas estatísticas egocêntricas, tem muito a nos ensinar.

O então estudante baiano Gabriel Marques da Cruz, ora advogado, no momento realiza seu mestrado em Direito Constitucional na USP, em São Paulo, e é mais do que latente que contribuirá muitíssimo para o Direito de seu estado e país.

Aprendi, em suma, com esta experiência, que os “inferiores numéricos circunstanciais” muitas vezes são os

verdadeiros vencedores mediatos gerais. E que uma posição em concurso, ou nota, ou qualquer critério matemático, não desenha o verdadeiro Juiz, ou Promotor, ou Advogado, ou Professor do amanhã.

E, por fim, aprendi a maior das lições de minha Faculdade de Direito: a viagem pelos três livros (e mundos) da Divina Comédia de um curso jurídico. Da ideologia à descrença; da descrença à transcendência.

Numa conversa com nosso eterno Padre Haroldo em novembro deste findo 2006, conversávamos nos corredores do Pátio dos Leões sobre a “*saída do Brasil*”. Se “*a melhor saída*” para o Brasil seria Viracopos ou, por outra corrente jurisprudencial, Cumbica!?

Padre Haroldo, apanhado por mim em sua transparência e espontaneidade intrínsecas, revelara que no fundo também já não tinha grandes esperanças de melhoras para um país tão fielmente descrito pela canção “*Perfeição*”, de Renato Russo. Mas que *eu*, “Fernando”, não, e que *ele*, “Haroldo”, sim, poderia pensar de tal modo, isto é, “desesperançosamente”. “*Dada sua idade*” - conforme disse.

Evidente que ambos gargalhamos imediatamente com a imprudência de sua própria transparência ao ter, despropositadamente, revelado a mim que a evolução da esperança seria a própria desesperança.

Tentou corrigir-se, mas o que havia sido dito já estava dito. Apesar disto, o que mais chamou minha atenção foi sua esperança em que eu tivesse esperanças, independentemente da dele.

Ora, como na própria maestria da ambivalência do mito da caixa de Pandora (acerca da dúvida se a *esperança* conservada na caixa dos “males do mundo” seria um *bem* ou um *mal*) a lição que hoje extraio de tal conversa, apesar da *desesperança* e *sofrimento* inevitavelmente adquiridos com o *conhecimento*, é esta nossa implícita e inabalável “secreta esperança” de que os vindouros frutos da terra (nossos filhos e netos) a tenham firme (como tivemos em nossa juventude), e que continuem a transmiti-la para todas as futuras gerações.

Não fosse essa tal esperança oculta que nos move, ainda que fantasiada pelo tom lúgubre da desesperança de nossas circunstâncias atuais, de que valeria seguir em frente nesta tão extraordinária profissão de se lidar com a Justiça?

INGRESSO NO CORPO DOCENTE DA FACULDADE DE DIREITO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Lígia Cristina de Araújo BISOGNI *

As lembranças que guardamos dos momentos vividos nesta Universidade parecem que se confundem com aquelas que revelam as conquistas da nossa vida e, como tal, às vésperas do aniversário dos 55 anos desta Faculdade, somos, na qualidade de professores e sujeitos participantes da evolução desta entidade, convocados a registrar, mesmo que de forma singela, um fato que consideramos relevante para a história da vida da Universidade.

Para mim o instante que considero de suma importância, e até certo ponto, marco de um compromisso assumido e sem falsa modéstia cumprido, ao menos até agora, foi o meu ingresso no corpo docente desta Faculdade que, nos idos de 1983, se efetivou mediante concurso de provas e títulos, possibilitando a inscrição de candidatos oriundos de outras instituições de ensino jurídico (“*concurso aberto*”). Importante ressaltar que, a composição do corpo docente da Faculdade de Direito da PUC-Campinas, naquela época, assim como ocorria em outras Faculdades co-irmãs, se operava por intermédio de indicação e referências aos nomes de profissionais do meio jurídico que, no exercício de suas nobres funções, ocupavam no referido cenário destaque pela expressão e excelência. Assim, sem citar nomes, para não cometer gafes, os professores desta Faculdade eram magistrados, promotores, procuradores e advogados com larga experiência e renomada reputação na sociedade campineira, alguns exercendo suas funções na capital paulista, ou em cidades da região, o que, por si só, impedia que jovens profissionais, salvo se amparados pela tradição de seus nomes de família, concorressem a determinados cargos ou vagas nessas, também, renomadas e tradicionais Entidades de Ensino Jurídico.

A Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, sem dúvida, ao abrir um concurso permitindo inscrição de candidatos oriundos de outros

institutos e, ou, graduados ou pós-graduados (naquela época começava a se expandir os cursos de pós-graduação) em outras escolas, criou possibilidade e oportunidades para esses jovens profissionais que, a meu exemplo, sonhavam com o magistério, principalmente porque embora já tendo alguma experiência em São Paulo, na PUC-SP, a mudança para Campinas havia interrompido e dificultado a realização daquele ideal.

Para minha sorte e pelos contatos mantidos em decorrência do exercício da advocacia, soube da realização do certame por intermédio de um Ilustre advogado que, naquela época, já integrava o corpo docente da sonhada Faculdade; me refiro ao Professor e, hoje, grande amigo, Pedro Santucci, que me informou graciosamente sobre a abertura das inscrições, ou, a bem da verdade, sobre a data do encerramento, isto porque o assunto sobre o meu interesse em lecionar na referida Faculdade surgiu em meio a outros de natureza profissional, e, o então colega advogado asseverou-me sobre o prazo e condições para a realização do dito concurso. Até hoje lembramos aquele episódio que, sem dúvida, foi um momento especial; afinal se a notícia não fosse dada, por certo, a minha oportunidade estaria comprometida.

Por conseguinte, efetivada a inscrição, e de acordo com as regras do edital, o candidato se submeteria, na primeira fase, a uma prova escrita com questões que incluíam as seguintes disciplinas – Direito Civil; Direito Processual Civil; Direito do Trabalho e Medicina Legal. Na segunda fase, o candidato, uma vez aprovado, se submeteria a uma prova oral, cujo exame se restringiria à disciplina cujo interesse para vaga já havia previamente se manifestado, no meu caso, Direito Processual Civil e, a referida prova deveria ser realizada perante uma banca examinadora composta por professores da Faculdade de Direito e o tema a ser

* Desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo e docente da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

apresentado seria sorteado vinte quatro horas com antecedência da designação da aula. Tratava-se de uma aula a ser ministrada no prazo de 50 minutos, aberta para outros professores e demais candidatos, além é claro, dos membros da banca.

Confesso que, para meu inconformismo, não obtive bons resultados na prova escrita. Melhor esclarecendo, não respondi parte da prova, já que não havia tido a oportunidade de estudar a matéria de Medicina Legal no curso de graduação o que, de plano, comprometeu, e muito, minha avaliação. Outro ponto desfavorável é que os meus concorrentes eram graduados pela própria Faculdade e haviam concluído o curso de Especialização ofertado pela própria PUC-Campinas, fato que reforçava uma melhor classificação, além do que, a bem da verdade, eles obtiveram melhores notas na prova escrita, critério mais do que justo e objetivo para classificação. Resultado: entre os classificados para a prova oral, restei por ocupar o último lugar (quase desclassificada), em que pese ter acertado todas as questões atinentes às disciplinas de Direito Civil e Processual Civil. Todavia, regras são regras e conhecendo-as previamente, de nada adiantava se lamuriar!

O próximo passo, então, seria o sorteio do ponto para a apresentação da aula para a banca examinadora, composta, além do Diretor da Faculdade, Professor Álvaro César Iglesias, pelos Professores (espero não ser traída pela memória): Jorge de Almeida; Jamil Miguel; e João Penido Burnier Júnior.

Assim, se de um lado, esta professora e, então, candidata tinha em seu desfavor uma série de fatores, de outro, posso garantir aqueles que ora lêem esse depoimento, o desejo tão forte em alcançar a meta aumentava o desafio e a minha confiança com relação à conclusão do concurso. Não esmoreci, porque entendia que ainda estava na metade do caminho e, acreditava, tendo em vista o tipo de obstáculo que deveria enfrentar, que a possibilidade de ministrar uma aula, expediente que desde a infância sempre me agradara, concentraria todos os meus esforços. E, vale dizer, finalmente, me daria a chance de expor matéria relacionada à disciplina para a qual, efetivamente, eu disputava a vaga. Também já vinha me preparando há tempo para um desafio como este, sem desprezar que, naquela oportunidade, cursava matérias de mestrado na Católica de São Paulo e tinha o dever de me sair bem nessa segunda e tão almejada fase.

Foi envolvida neste clima que, durante o sorteio do ponto, o Professor Jamil Miguel, elegantemente me fez uma advertência. Lembro-me como se fosse hoje. Com sua voz pausada e bem clara chegou a ressaltar que eu não havia alcançado uma nota favorável e, para o exame oral, qualquer

classificação ou indicação para a vaga estava mais difícil, isto porque algum dos candidatos teria que ir muito, muito mal, o que se tratava de uma hipótese remota diante do preparo de todos os candidatos. Confesso que agradei, porque percebi a preocupação do Professor Jamil com relação a uma exposição desnecessária da minha pessoa, comprometendo, até, a própria imagem que futuramente poderia, sob o plano profissional, ser interpretada contrariamente às minhas intenções! Todavia, imediatamente, retruquei e, num impulso, me dispus a sortear meu ponto, cujo tema não poderia ser melhor – “Da Coisa Julgada”!

Meu coração disparou de alegria porque eu acabara de concluir um semestre na PUC-SP dedicado, basicamente, ao referido instituto. E mais, preparar uma aula sobre o tema foi gratificante, em especial, sabedora que participava da banca o Professor João Penido Burnier que, naquela época, havia escrito na Revista de Processo, número 02, trabalho sobre a figura da coisa julgada. Num piscar de olhos e, por estar familiarizada com a matéria, evidente que preparei aquela aula ressaltando todas as correntes doutrinárias, mas enfatizei pontos polêmicos, os quais eram debatidos e enfrentados no trabalho do Dr. Penido Burnier que, impressionou-o e agradou-o de sobremaneira. Demais a mais, a presença do Professor Jorge de Almeida, insigne processualista que, também, já desfrutava no cenário jurídico autoridade e respeito, ao término da minha aula, com delicadeza e elegância me dirigiu cumprimentos, posso assegurar que pude me permitir momentos inesquecíveis, não obstante a espera do resultado daquele concurso, e, entendam, momentos gloriosos para esta professora.

Bem, claro que o desfecho todos já conhecem, até porque não estaria agora rememorando com esses detalhes um episódio que, se para algum leitor possa parecer comum, asseguro-lhes, meus caros colegas, alunos, alunas, e amigos que, foi mais que uma lição de perseverança, um compromisso que assumi ao longo destes vinte e quatro anos perante uma comunidade de ensino que me acolheu e me permitiu chances para me firmar no magistério jurídico.

O entusiasmo que me moveu aceitar concorrer a uma vaga na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas persiste até hoje, e, mesmo com as limitações impostas pelo próprio tempo que, sem dúvida, já pesam sobre os meus ombros, quando muitas vezes, confesso, me sinto, ao final de um ano, cansada pelos compromissos assumidos, busco renovar meus sentimentos lembrando um pouco de tudo aquilo que me inspirou correr para não perder a inscrição para o concurso e, ainda, acreditar que posso fazer melhor, e vencer em prol do ensino jurídico, sempre, com muita, mas muita emoção!

A PUC-CAMPINAS É MUITO MAIOR QUE EU...

Angélica Lucía CARLINI *

Um amigo me liga e avisa: “Vai ter concurso externo na PUC para uma matéria que é a sua cara...” E eu pega de surpresa, respondo rapidamente: “ Que isso, imagine, a PUC é muito maior que eu....nem pensar!”

Ouçõ os argumentos: é uma matéria do novo currículo, prioriza o estudo de casos, requer alguém com experiência prática de carreira jurídica, era importante que fosse um docente com visão humanista, enfim, o amigo entende que tenho que pelo menos conhecer a ementa do curso.

Fico tentada a conhecer a ementa e ele diz que é só passar na Faculdade de Direito e pegar o edital do concurso. Vou e enquanto procuro o lugar certo para pegar a ementa encontro o prof. Jamil Miguel, diretor da Faculdade, ex-juiz titular da 5ª Vara de Campinas, pessoa por quem sempre tive grande carinho e admiração.

Aliás, sou recebida com muito carinho por ele também, que pergunta o que estou fazendo por ali. Menciono o concurso e ele diz que vai ter sim, que as inscrições estão abertas e parece se animar, sinceramente, com o meu propósito de prestar o concurso.

Depois de ler a ementa constatei que estava perdida! Eu havia me apaixonado pela disciplina que tinha o pomposo nome de Metodologia e Aplicação ao Direito. Estudo de hermenêutica, reflexão crítica sobre os métodos e a aplicação do direito, possibilidade de muitos estudos de caso, de estudo de problemas, afinidade total com a minha área de atuação e de estudo.

Resolvi prestar o concurso que foi em uma segunda-feira, 28 de fevereiro de 2005, às 09:00 horas. Havia outras duas candidatas e na sala de espera do Centro de Ciências Humanas elas me pareceram mais bonitas, mais simpáticas e muito mais bem preparadas que eu. Confesso que pensei em desistir.

Na banca um clima quase ameno, com boas possibilidades de expor meus objetivos, minhas opções

pelo plano de curso que havia montado, pela bibliografia que havia escolhido. Sai de lá feliz por ter me submetido àquela experiência, embora não muito certa de haver sido aprovada.

Naquele mesmo dia no período da tarde, a secretaria do CCH ligou no meu celular para dizer que eu havia sido aprovada e que no dia seguinte, estava agendada uma reunião com o diretor, Padre Paulo Sérgio.

Fiquei dez por cento feliz e oitenta por cento preocupada com o que teria que enfrentar. Os outros dez por cento eu fiquei agitada e em dúvida: “será que tinha feito a opção correta?” Afinal de contas, falava-se tanto da Faculdade de Direito da PUC, escola de tradição e de história respeitável. Será que haveria um lugar para mim em meio a tanta tradição?

Comecei a dar aulas no dia 04 de março de 2005, às 08:10. Passei pelo portão e observei aqueles dois imponentes leões e me senti um pouco acuada. Era uma linda sexta-feira de verão, o céu azul contrastando com o prédio de um tom de rosa claro. Uma confusão de emoções brotaram e lembrei muito de meu pai, já falecido, que sempre dizia que: “o peso da lã não é maior do que o carneiro pode carregar”. Em outras palavras, se você está aí é a pessoa certa para estar e pode suportar o desafio.

Cheguei na classe com dez minutos de atraso, mas também pudera, como se entender nesse labirinto de prédios, corredores, escadas que levam ao mesmo lugar e a lugar nenhum? Não fosse o Nino pacientemente explicando e estaria perdida até hoje, tentando encontrar a sala da Naira Brasil.

No segundo horário, depois de aprender a apertar o botão certo da máquina de café da sala dos professores, aula na sala da Lidiani, da Ana Laura, do Guillermo.

No mesmo dia à noite, aula na sala do Paulo Moura e no segundo horário do Daniel e do John. Não se pode

* Professora do Curso de Direito da PUC-Campinas.

dizer que os da segunda aula de sexta-feira à noite tenham ficado muito emocionados com a minha presença, mas os demais até que pareceram gostar do estilo da nova professora.

Na segunda-feira à noite, aula na sala da Clessi e na quarta-feira pela manhã aula na turma do Fernando Galuppo. Pronto, estava fechada a primeira semana e eu havia sobrevivido. A convivência com os alunos estava boa, respeitosa e descontraída ao mesmo tempo.

Na sala dos professores o clima ainda era de um pouco de estranhamento. Quem é essa professora nova? De onde veio? Que matéria está ministrando? Alguns professores eu conhecia de outras instituições e não foi difícil estreitar os laços de camaradagem. Outros eu conhecia só da fama e, confesso, tinha alguns temores de me aproximar: Tereza Dóro, Silvio Artur (o do Andinho), e o incomparável (no humor e na inteligência) Heitor Regina.

Devagar fomos nos conhecendo, aprendendo sobre nós e nos integrando. Mas ninguém contribuiu mais para essa integração do que o querido Padre Haroldo. Com ele eu conversava longamente nas sextas-feiras pela manhã, enquanto fumávamos nosso cigarro em paz, na porta da sala dos professores, acompanhados pelo prof. Maciel.

Chegávamos cedo, bem cedo, por volta das 07:15, só para termos o prazer de ficar mais tempo na companhia uns dos outros, conversando sobre viagens, as que fizemos e as que sabemos que jamais faremos; sobre livros, os que lemos, os que queremos ler e principalmente, os que queremos reler com os nossos novos olhos marejados pela experiência aquilatada na vivência cotidiana; falávamos sobre valores, princípios, sobre a sociedade contemporânea e os desafios plurais deste século.

Ele, Padre Haroldo, era o mais animado, o mais indignado, o mais afoito para falar e expressar seus sentimentos e pensamentos. Era um jovem animado, ainda descobrindo o mundo aos 77 anos e com milhares de importantes reflexões com as quais nos brindava.

Nunca soube que fosse Cônego. Sempre se apresentou como Padre Haroldo, sempre foi o Padre Haroldo e não vou conseguir nunca me referir a ele de outra forma.

No final do ano de 2005, já quase totalmente integrada com os alunos, colegas e funcionários, soube que teríamos troca de toda a administração da universidade,

inclusive da faculdade de direito. Fiquei na torcida silenciosa para que tivéssemos um bom diretor, para eu poder continuar meu trabalho em paz. Feriani nomeado vem a surpresa: um convite para ser assistente de direção.

Aceitei por entusiasmo, aceitei porque estava fazendo o doutorado em educação (já concluído em 2006) e queria colocar em prática o que havia aprendido, aceitei porque não consegui dizer não para aquele homem sincero, íntegro, honesto, que me convidava para participar de um projeto muito especial para ele. Aceitei, enfim, porque sabia que havia me apaixonado pela PUC.

Lá se foi um ano de assistente de direção. Dois anos de PUC completados em março de 2007, precisamente no dia 04.

Os leões já não parecem tão solenes. Em algumas noites quentes, quando saio tarde da PUC porque fiquei assinando contratos de estágio, requerimentos de alunos e carteiras de passe (expressões máximas da importância de uma assistente de direção), no pátio vazio de alunos, professores e funcionários, já surpreendi os leões se espreguiçando preguiçosamente, se preparando para descer e dormir confortavelmente espalhados no pátio. Ah, bom, ninguém supunha mesmo que os leões dormissem naquele lugarzinho incômodo, não é?

Outras vezes, na penumbra do estacionamento de professores (que posso usar enquanto for assistente de direção), sou surpreendida por risos do passado ecoando pelos cantos, risos dos jovens que foram Heitor, Jamil, Teresa, Luis, Paulo de Tarso, Haroldo e outros tantos cujos risos nem sempre reconheço, mas que sei que ainda soam por lá.

São risos, palavras felizes e cheias de esperança que eles, de forma atabalhoada como só os jovens fazem, largaram espalhados em cada canto desse lugar. Algumas vezes, de maneira furtiva, recolho alguns risos e palavras felizes para usar no dia a dia. Sempre é bom ter isso em estoque para uma emergência.

Nessas horas olho pra cima e sempre tem uma estrela ou uma lua bonita como testemunha, me lembrando que a PUC continua muito maior que eu mas que no momento, e queira Deus por muito tempo, eu tenho feito a minha parte para mantê-la grande e respeitada. Não importa o tamanho dela, importa que eu faço parte dele.

TRÊS HISTÓRIAS

Silvio Artur Dias da SILVA¹

Formei-me em 1.975, na “Turma Padre Narciso José Vieira Ehrenberg”, com Carlinhos Queiroz², Minatel³, Fernando Mendonça⁴, William Campagnone⁵, Toninho Sampaio⁶, Chico Português⁷ [estes eram os nomes pelos quais nós nos tratávamos] e outros. Nossos professores, dentre os que nos deixaram mais lembranças, foram Milton Segurado, Zalmino Zimmerman, Heitor Regina, Domingos Franciulli Netto e Álvaro Cury. Porque uma turma com nome de um padre? Certo que se trata de uma universidade católica [aliás, passou a ser pontifícia durante o nosso curso e foi preciso uma votação em classe para decidir se em nossos diplomas seria escrito “Pontifícia Universidade Católica de Campinas” ou apenas “Universidade Católica de Campinas”: por nossa decisão, foi escrito “Pontifícia”, com muito orgulho], e o Padre Narciso foi nosso professor num cursinho preparatório [se a minha memória não estiver falhando] ao vestibular [duríssimo, por sinal, sem questões de múltipla escolha: eram dissertações e provas orais de quatro disciplinas; lembro que na prova escrita de Inglês nos foi pedido que comentássemos, em inglês obviamente, um livro que tivesse lido: eu comentei “Cold blood”, de Truman Capote, que havia me impressionado muito], patrocinado pelo próprio DA [era assim que se chamava o hoje CA, por imposição do regime militar]. Vários de nós fomos alunos do Padre Narciso no cursinho. Quando cursávamos o 5º ano, ele foi morto em um assalto em sua casa, que era uma chácara no bairro João Aranha [local em que meu pai também possuía uma chácara], na cidade de

Paulínia. Eu trabalhava nessa época como escrevente na 3ª Vara Criminal da comarca de Campinas, cujo Juiz Titular era o Dr. Wladimir Valler, professor de Direito Processual Penal na faculdade, e para ali foi distribuído o processo: crime de latrocínio. O assumido autor da morte do padre era um menor de idade [óbvio que do crime participaram maiores], na época com 16 ou 17 anos, de vulgo “Cafuringa”. Lembro de sua oitiva pelo Dr. Wladimir Valler, oportunidade em que ele narrou que, para tornar a ameaça mais eficaz, começou a bater com a arma de fogo que portava no peito da vítima [que, segundo ele, não sabia que era padre, pois estava sem batina], mas que não teve a intenção de matá-lo: por estar engatilhada, a arma disparou acidentalmente, matando-o. Como não havia ainda FEBEM e sim RPM [Recolhimento Provisório de Menores], “Cafuringa” foi para ali encaminhado. Ele é o pai não assumido em certidão de nascimento de Wanderson Nilton de Paula Lima, vulgo “Andinho”.

Tão logo colamos grau [a colação não-oficial era em dezembro e a oficial, sem nenhuma pompa, era logo em janeiro], fui convidado, no mês abril, quando eu ainda era escrevente de cartório criminal, pelo nosso ex-professor de Direito Penal, Álvaro Cury, na época o mais famoso — e melhor — criminalista de Campinas, para trabalhar com ele em algumas causas e ser seu assistente na Faculdade. Imediatamente aceitei. Era o ano de 1.976. Iniciei-me na advocacia e no magistério e conheci uma aluna: começamos

⁽¹⁾ Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da PUC-Campinas e procurador do Estado de S. Paulo.

⁽²⁾ Carlos Alberto Queiroz Filho, Delegado de Polícia.

⁽³⁾ José Antonio Minatel, Professor de Direito Tributário.

⁽⁴⁾ Fernando Antonio mendonça de Barros, Procurador municipal aposentado.

⁽⁵⁾ Cartório Campagnone.

⁽⁶⁾ Antonio de Almeida Sampaio, Desembargador, ex-Professor de Direito Civil.

⁽⁷⁾ Francisco Fernandes de Araújo, “juiz poeta”.

a namorar [casamo-nos e já dura 28 anos] e pedi afastamento. Em 1.977 fui convidado pelo Dr. Álvaro Cury para retornar e aceitei. Em 1.979 afastei-me novamente, dizendo a ele que estava convencido definitivamente que não tinha nascido para ser professor. Ele, não acreditando nisso, em 1.983 convidou-me para retornar. Aceitei, assinei contrato de trabalho e permaneço até hoje, graças, portanto, quase que unicamente à insistência desse meu ex-professor.

Com a primeira gravidez de minha mulher, resolvi prestar concurso para Procurador do Estado. A meu juízo, as atividades desse cargo estavam resumidas à assistência judiciária criminal aos necessitados. Constatei que não era bem assim: fui logo classificado na área do contencioso, atuando em execuções fiscais. No dia em que nasceu minha filha, 19 de dezembro de 1.978, fui a São Paulo fazer a inscrição [era o penúltimo dia do prazo] para o concurso. A primeira fase, escrita, seria realizada num sábado de janeiro, num colégio estadual no bairro de Pinheiros, São Paulo. Como meu pai possuía um pequeno apartamento no centro de São Paulo [rua Paissandu, 35], segundo meus planos, eu sairia de Campinas na véspera e pernoitaria ali. Tudo

preparado para sair de casa, chegou uma visita inesperada, que viera conhecer minha filha: Chico Português, colega de turma, mulher e filhos. A visita durou até por volta de meia-noite e o último ônibus para São Paulo saía meia-noite e meia. Fui à rodoviária de táxi e consegui apanhar o último ônibus. A rodoviária de São Paulo era no centro da cidade, na avenida Duque de Caxias, próxima ao apartamento. Fui a pé. Na porta do prédio [quase 2 horas da madrugada], ao procurar em meus bolsos a chave, constatei que a tinha esquecido. Interfonei ao zelador pedindo a reserva e ele informou-me que ela havia sido recolhida por meu pai semanas antes. Sem ter levado talão de cheque ou mais dinheiro, a solução foi permanecer sentado em um banco no Largo do Paissandu, defronte a uma banca de jornal que ficava aberta 24 horas, até por volta de 6,30 da manhã, quando, então, apanhei um ônibus para ir ao local da prova. Prestei essa e as outras fases e logrei aprovação. Desde 1.979 sou Procurador do Estado.

São três histórias que retratam parte de minha passagem pela Faculdade de Direito da PUCCamp, como aluno e como Professor.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER
Dom Bruno Gamberini

MAGNÍFICO REITOR
Prof. Pe. Wilson Denadai

VICE-REITORA
Prof^ª Angela de Mendonça Engelbrecht

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Prof. Germano Rigacci Júnior

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof^ª Vera Engler Cury

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS
Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
Prof. Marco Antonio Carnio

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor
Prof. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

Diretor Adjunto
Prof. André Nicolau Heinemann Filho

FACULDADE DE DIREITO

Diretor
Prof. Luís Arlindo Feriani

